

DATA MERCANTIL

São Paulo



SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM ✓ TRANSPARÊNCIA, ✓ SEGURANÇA E ✓ QUALIDADE.

datamercantil.com.br

SÃO PAULO, Sexta-Feira, 29 de maio de 2026 | edição nº 1538

R\$ 2,50

APÓS VISITA DE FLÁVIO BOLSONARO, EUA DETERMINAM QUE CV E PCC SÃO ORGANIZAÇÕES TERRORISTAS

Os Estados Unidos decidiram nesta quinta-feira (28) classificar o CV (Comando Vermelho) e o PCC (Primeiro Comando da Capital) como organizações terroristas. A medida passa a valer em 5 de junho.

A decisão acontece após a visita do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato à Presidência, ao presidente Donald Trump e outros membros do gabinete americano, como Marco Rubio, do Departamento do Estado, e JD Vance, vice-presidente dos EUA.

Pelas redes sociais, Rubio afirmou que as organizações criminosas "são as mais perigosas do Brasil". "Seu alcance se estende por toda a nossa região e ao nosso país. A administração Trump continuará usando todas as ferramentas

disponíveis para proteger nossos interesses de segurança nacional e negar o financiamento e recursos narcoterroristas."

Em entrevista a jornalistas na quarta-feira, Flávio tinha dito que Rubio pareceu ser favorável à designação, disse o pré-candidato, que afirmou ter passado cerca de 30 minutos com o secretário.

A decisão já era esperada e uma reportagem do UOL no início de março mostrou que o martelo já estava batido sobre esta definição. Segundo o The New York Times, em reportagem publicada também em março, os EUA avaliavam a designação após lobby de dois filhos do ex-presidente Jair Bolsonaro, entre eles Flávio e o ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro.

Apesar disso, o governo

Lula tentava evitar que esta designação fosse imposta pelos EUA, pelo receio de influenciar nas eleições e interferência americana no Brasil. Lula afirmou que, durante a conversa de mais de três horas que teve com Trump há cerca de 20 dias, o assunto não foi tratado, mas foi entregue a proposta de uma cooperação entre os dois países.

Chefe da assessoria especial de Lula, Celso Amorim, comentou sobre a possibilidade de designação nesta quinta-feira, antes do anúncio. "O crime organizado deve ser combatido com a máxima energia e determinação. Equiparar o crime organizado ao terrorismo, contudo, não é útil. Compreender as motivações é essencial para a eficácia do combate a todas as formas de criminalidade." Folhapress



DESTAQUES DO DIA



Juro cobrado de pessoas físicas e empresas bate recorde e chega a 33,8% ao ano, diz BC

Governo do DF e gestão Lula fecham acordo para socorro ao BRB de até R\$ 6,5 bi

Marinho diz que Senado está 'sensível' ao fim da 6x1 e pode aprovar PEC em 30 dias

Fim da jornada 6x1 opõe trabalhadores e empresários



Sem acordo com governo, comissão do Senado aprova renegociação para o agro



NO MUNDO

Israel ataca capital Beirute após matar ao menos 12 em operações no sul do Líbano



O Exército de Israel afirmou ter lançado um ataque aéreo contra Beirute, capital do Líbano, após ataques anteriores no sul do país terem matado pelo menos 12 pessoas nesta quinta-feira (28). "Há pouco tempo, as Forças de Defesa de Israel atacaram Beirute com precisão. Mais detalhes em breve", disse um curto comunicado publicado nesta manhã. Um militar libanês disse à agência AFP que o ataque atingiu um apartamento ao sul de Beirute, na área de Choueifat.

O Ministério da Saúde do Líbano informou que ataques israelenses no sul do país mataram pelo menos

11 pessoas, incluindo duas crianças, e feriram outras 21 nesta quinta. O Exército libanês acrescentou que um soldado foi morto em um ataque separado "enquanto dirigia na estrada" na região de Nabatieh.

O Ministério afirmou que um dos ataques foi realizado contra um prédio na cidade de Sidon, onde matou cinco pessoas, incluindo duas mulheres, e feriu 21, cinco delas crianças. A agência de defesa civil do Líbano, por sua vez, disse à AFP que houve oito ataques à cidade de Tiro, no sul do país, desde a noite de quarta, além de outros nos arredores.

O cessar-fogo entre Israel e Líbano entrou em vigor

em 17 de abril, mas não foi respeitado por ambos os lados. As forças israelenses seguem atacando diariamente alvos no sul libanês que afirma serem ligados ao grupo Hezbollah.

No início da semana, o primeiro-ministro Binyamin Netanyahu havia afirmado que intensificaria os ataques contra o Hezbollah. Nesta quarta, O Exército de Israel cumpriu a ameaça e declarou todo o território do Líbano ao sul do rio Zahrani uma "zona de guerra", cobrindo como espaço potencial de operações aéreas e terrestres uma área inédita neste século e que vai além da que ocupou de 1982 a 2000.

Folhapress

Combate entre dissidentes das Farc deixa dezenas de mortos na Colômbia às vésperas das eleições

Pelo menos três dias de combates entre grupos dissidentes das Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) deixaram dezenas de mortos na zona central da Colômbia às vésperas das eleições presidenciais no país, disseram nesta quinta-feira (28) a imprensa local e a agência de notícias AFP.

O número, baseado em relatos de autoridades e cidadãos, ainda é incerto. O jornal El Colombiano fala em cerca de 50 mortes, enquanto a AFP, citando uma entrevista com um prefeito da região, informa que 48 rebeldes morreram.

Fato é que a onda de violência, que começou na última segunda (25), deve repercutir até o dia da votação para presidente, no próximo domingo (31) a insegurança foi uma dos principais temas da campanha.

"Os corpos estão amontoados lá, precisam ser removidos", afirmou à agência de notícias Willy Rodríguez, prefeito de San

José del Guaviare, capital do departamento onde a matança ocorreu e talvez ainda esteja ocorrendo, já que não se sabe se os combates continuam.

O político descreveu o cenário mórbido com base em relatos de pessoas da comunidade, uma vez que as autoridades não conseguiram chegar ao local, segundo a AFP. Pela manhã, equipes de resgate ainda aguardavam a autorização dos grupos armados para recolher os corpos.

Guaviare é um dos departamentos da Amazônia colombiana que mais sofre com a disputa entre facções dissidentes das Farc, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia. A região, um reduto histórico da guerrilha que assinou um acordo de paz com o Estado colombiano em 2016, provavelmente está repleta de minas terrestres que os grupos dissidentes instalam para tentar controlar o garimpo e rotas de narcotráfico.

Folhapress

EUA e Irã concordam em prolongar cessar-fogo por 60 dias, diz imprensa americana



Os Estados Unidos e o Irã chegaram a um acordo para prolongar o cessar-fogo entre os dois países por mais 60 dias, de acordo com relatos da imprensa americana publicados nesta quinta-feira (28). Autoridades dos EUA falaram sob condição de anonimato ao portal Axios e à agência de notícias Reuters em meio a nova troca de fogo na região e a investidas de Israel contra o Líbano.

Segundo essas autoridades, os dois lados do conflito no Oriente Médio finalizaram um documento se comprometendo com a trégua e estabelecendo um

ponto de partida para mais negociações, em especial sobre o destino do urânio altamente enriquecido em posse do Irã. O texto, entretanto, ainda precisaria da aprovação do presidente Donald Trump.

O republicano tem dado declarações contraditórias nos últimos dias, ora insinuando que um acordo está próximo, ora dizendo que a guerra, que já dura três meses, vai continuar por "mais um tempo" quando iniciou o conflito contra o Irã ao lado de Israel, Trump prometeu que ele duraria, no máximo, seis semanas.

Ao mesmo tempo, o presidente está sob pressão

de aliados no Partido Republicano que são contrários a qualquer acordo de paz que não inclua, de forma decisiva, a retirada ou destruição do urânio enriquecido do Irã. O senador Lindsey Graham, influente membro do Congresso americano, disse no último dia 23 que se a guerra chegar ao fim enquanto o país persa "ainda possuir a capacidade de destruir infraestrutura petrolífera dos países do Golfo, o Irã será uma força dominante que necessitará uma solução diplomática. Isso seria uma enorme mudança no equilíbrio de forças na região e, com o tempo, um pesadelo para Israel".

DATA
MERCANTIL

São Paulo

● JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.
CNPJ nº 35.960.818/0001-30
Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

● Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

● EDITORIAL: Daniela Camargo
● COMERCIAL: Tiago Albuquerque
● Serviço Informativo: FolhaPress,
Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-
Dinheiro, Notícias Agrícolas.

Rodagem:
Diária

Fazemos parte
da



ECONOMIA

Juro cobrado de pessoas físicas e empresas bate recorde e chega a 33,8% ao ano, diz BC



Os juros médios cobrados pelos bancos bateram recorde em abril e chegaram a 33,8% ao ano para as pessoas físicas e empresas, segundo os dados divulgados pelo Banco Central nesta quinta-feira (28).

Trata-se do maior valor da série histórica, iniciada em 2011. Quando somente pessoas físicas são consideradas, os juros chegaram a 39% ao ano em abril, o maior valor desde março de 2017, quando o índice chegou a 40,6%. Apesar das taxas altas, se considerada a série sazonal ajustada mensalmente, o crédito livre subiu 2,6% em abril, totalizando R\$ 640,2 bilhões.

Com os juros altos, o governo Lula aposta no novo Desenrola para reduzir o endividamento das famílias, principalmente nas linhas

relacionadas ao cartão de crédito. Na última semana, o Ministério da Fazenda divulgou que a nova edição do programa renegociou R\$ 10 bilhões em dívidas em 1,1 milhão de pedidos desde o dia 5 de maio.

Em relação somente às empresas, os juros ficaram em 22,3% ao ano em abril, o maior valor desde agosto de 2016, quando o mesmo patamar foi atingido.

O chefe do departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, afirmou em entrevista coletiva que, embora o Banco Central tenha iniciado uma trajetória de queda na Selic, atualmente em 14,5% ao ano, ainda é cedo para dizer quando os juros cobrados pelos bancos serão afetados.

"[A Selic atual] é elevada, restritiva, não dá para saber quando terá um impacto

mais significativo para colocar em trajetória de redução, teremos de esperar os próximos meses", respondeu ao detalhar os números.

Principal alvo do novo programa de renegociação de dívidas, a taxa de juros média do rotativo do cartão de crédito estavam em 432,1% ao ano em abril. Em relação à inadimplência nessa linha, o índice foi de 60,6%, apresentando queda de 0,5% em abril. Nessa linha, a concessão total chegou a R\$ 39,2 bilhões no último mês, representando alta de 6,1%.

Segundo regra do Banco Central, o valor total cobrado de juros e encargos financeiros no rotativo e no parcelamento da fatura do cartão não pode ultrapassar 100% do valor da dívida principal.

Folhapress

Fim da jornada 6x1 opção trabalhadores e empresários



O fim da jornada 6x1 aprovada pela Câmara dos Deputados na noite desta quarta-feira (27) repercutiu de forma distinta entre entidades representativas de trabalhadores e do setor patronal. Enquanto a Central Única dos Trabalhadores (CUT) classificou a medida como "vitória histórica da classe trabalhadora", a Confederação Nacional da Indústria (CNI) avaliou a proposta como "inadequada e inoportuna".

Para a CUT, o resultado concretiza "uma das principais reivindicações do movimento sindical nas últimas décadas". A entidade atribui a aprovação à mobilização

Prazo para entregar o IR 2026 termina nesta sexta-feira

O prazo para entregar a declaração do Imposto de Renda 2026 termina às 23h59 desta sexta-feira (29). Quem perder a data terá de pagar multa, que começa em R\$ 165,74 e pode chegar a 20% do imposto devido no ano.

O prazo para alterar o modelo de tributação da declaração (entre desconto simplificado e deduções legais) também termina nesta sexta-feira. Quem é obrigado, mas não envia a declaração pode ficar com o CPF classificado como pendente de regularização.

A declaração pode ser enviada pelo PGD (Programa Gerador da Declaração), instalado no computador, pelo aplicativo da Receita Federal, na opção "Meu Imposto de Renda", ou ainda de forma online, pelo e-CAC, também em "Meu Imposto de Renda".

Para acessar a decla-

ração pré-preenchida no programa instalado no computador, é necessário ter conta Gov.br nos níveis prata ou ouro. O contribuinte deve informar todos os rendimentos recebidos em 2025, além de declarar bens, dívidas, investimentos, financiamentos e despesas dedutíveis, como gastos com saúde, educação, dependentes, previdência oficial e privada e livro-caixa, no caso de profissionais autônomos. Também é necessário guardar os documentos que comprovem todas as informações declaradas.

Especialistas ouvidos pela Folha recomendam que o contribuinte envie a declaração dentro do prazo, mesmo que incompleta, para evitar a multa. Depois, é possível enviar declarações retificadoras quantas vezes forem necessárias para corrigir ou complementar os dados.

Folhapress



das centrais sindicais, à pressão de movimentos sociais e à negociação direta com parlamentares.

Em nota, a central convocou os trabalhadores a manterem a mobilização para pressionar o Senado a dar continuidade à tramitação da matéria.

A CNI, no entanto, avalia que a redução da jornada, sem transição adequada e sem ganhos de produtividade, pode elevar custos e pressionar preços, com impactos sobre empregos e a economia.

"Uma eventual redução da jornada de trabalho por imposição legal, sem transição adequada e sem ganho equivalente de produtivida-

de, tende a elevar custos e pressionar preços de produtos e serviços", argumentou.

A entidade defende que o tema seja analisado "com equilíbrio, responsabilidade e base técnica, considerando os efeitos sobre trabalhadores, empresas, consumidores e a economia brasileira, e não sob pressão de um ano eleitoral".

A CNI sustenta também que mudanças dessa natureza devem ser tratadas por negociação coletiva, e não por regra constitucional uniforme, para preservar a segurança jurídica, a competitividade e a capacidade de adaptação das empresas.

Pedro Peduzzi/ABR

POLÍTICA

Governo do DF e gestão Lula fecham acordo para socorro ao BRB de até R\$ 6,5 bi



O governo do Distrito Federal e a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) fecharam nesta quinta-feira (28) um acordo para viabilizar um empréstimo de até R\$ 6,5 bilhões do FGC (Fundo Garantidor de Créditos) ao BRB (Banco de Brasília).

A ação busca cobrir o rombo deixado por operações com o Banco Master, de Daniel Vorcaro. Os termos foram fechados em audiência de conciliação no STF (Supremo Tribunal Federal), com duração de 1h45. O acordo foi homologado pelo ministro Luiz Fux, relator da ação protocolada pelo governo do Distrito Federal e mediador do encontro.

"Estamos bastante satisfeitos de anunciar que há minutos fechamos

o acordo entre a União e o Distrito Federal. Primeiro ponto importante: não há recursos da União sendo transferidos nem garantia ou aval da União em favor do Distrito Federal", disse Flavio Roman, da AGU (Advocacia-Geral da União).

A declaração foi dada por Roman ao lado da governadora do Distrito Federal, Celine Leão (PP), que falou em pacto federativo e solução "menos danosa". O ministro da Fazenda, Dario Durigan, esteve na mesa de negociação, mas não participou do pronunciamento dado aos jornalistas ao término da reunião.

A audiência também contou com a presença do presidente do BRB, Nelson Antônio de Souza, e dos diretores do Banco Central Ailton de Aquino (Fisca-

lização) e Gilneu Vivan (Regulação), além de outros representantes da União e do Distrito Federal.

O acordo com a gestão Lula começou a ser desenhado em uma audiência na última terça-feira (26). O governo do Distrito Federal buscava tomar com o FGC (Fundo Garantidor de Créditos) um empréstimo de até R\$ 6,6 bilhões para capitalizar o BRB e recorreu ao STF pedindo flexibilização na regra que impedia a União de dar garantia à operação. Os termos do empréstimo ainda estão sendo discutidos. De acordo com Celina, a proposta do governo do Distrito Federal prevê pagamento da operação em 15 anos e prazo de carência de dois anos. A taxa de juros não foi antecipada pela governadora.

Folhapress

Polícia Civil pede acesso a dados financeiros sigilosos de produtora de 'Dark Horse'

A Polícia Civil de São Paulo pediu à Justiça acesso a movimentações financeiras sigilosas de Karina Ferreira da Gama, dona da produtora do filme "Dark Horse" (que trata da vida de Jair Bolsonaro), e do Instituto Conhecer Brasil, presidido por ela.

A solicitação é para obter relatórios de inteligência financeira, por meio de intercâmbio com autorização judicial, produzidos pelo Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) sobre "movimentações atípicas e comunicações de operações suspeitas" tanto no CPF de Karina quanto no CNPJ do instituto.

No pedido, o delegado Antonio Carlos Manuera Silveira, encarregado do caso, também solicitou que a Justiça determine sigilo deste trecho das investigações.

A solicitação foi feita no âmbito das apurações sobre um contrato firmado pelo

Instituto Conhecer Brasil para fornecimento de wi-fi à Prefeitura de São Paulo, na gestão de Ricardo Nunes (MDB), por R\$ 108 milhões. A polícia investiga suspeitas de superfaturamento e desvio de recursos públicos.

Em nota, a gestão Nunes disse que "não identificou nenhuma irregularidade nos serviços prestados" pelo instituto até o momento e que, se for identificada alguma pela investigação, "as providências serão tomadas".

A reportagem procurou a assessoria de Karina para comentar o pedido do delegado, mas ainda não houve resposta. Anteriormente, ela negou que o filme sobre Bolsonaro tenha recebido dinheiro de pessoas ou empresas brasileiras, seja verba pública ou privada, e disse que a contratação pela Prefeitura de São Paulo se deu de maneira regular, sem ligação com "Dark Horse".

Folhapress

Marinho diz que Senado está 'sensível' ao fim da 6x1 e pode aprovar PEC em 30 dias



O ministro do Trabalho Luiz Marinho afirmou nesta quinta-feira (28) que o Senado está sensível à pauta do fim da escala 6x1, aprovada nesta quarta (27) pela Câmara dos Deputados, e pode aprovar a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) sobre o tema em 30 dias ou seja, ainda neste semestre.

"O Senado também está ligado no que a sociedade está demandando. Adoecimento e ausência no trabalho, muitas faltas. São indicadores que com essa mudança podem melhorar significativamente", disse Marinho.

"Não gosto de falar de prazo para parlamento, mas, se Senado estiver debruçado com prioridade, creio que 30 dias ainda é suficiente."

A proposta, que reduz a jornada de trabalho semanal de 44 para 40 horas, teve 472 votos favoráveis e 22 contrários no primeiro turno. Na segunda votação, 461 parlamentares foram favoráveis e 19 votaram contra. A proposta precisava de ao menos 308 votos favoráveis.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), tem dado sinais de que não trará o projeto, mas causa receio na base do presidente Lula (PT) ao não detalhar como será a tramitação.

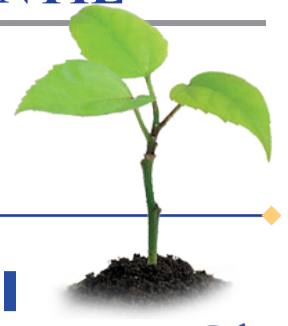
A pauta é uma das apostas do governo para o ano eleitoral, devido ao apoio elevado da população brasileira. O fim da escala tem o apoio de 68% dos brasileiros, conforme pesquisa Datafolha

de maio sobre o tema.

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e o governo Lula (PT) trabalham para votar um projeto de lei que atualiza o limite de faturamento dos microempreendedores individuais (MEI) antes da eleição, como forma de mitigar os impactos do fim da escala 6x1, mas a exclusão das micro e pequenas empresas tributadas no regime do Simples Nacional se tornou um impasse.

Segundo Luiz Marinho, estão sendo debatidas demandas dos pequenos negócios que precedem o debate sobre redução de jornada, como a possibilidade de MEIs contratarem mais de um funcionário. No entanto, segundo o ministro, não haverá compensação tributária.

Folhapress



AGRONEGÓCIO

Sem acordo com governo, comissão do Senado aprova renegociação para o agro



Sem acordo com o governo, a CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado aprovou nesta quarta-feira (27) um pacote para viabilizar a renegociação de R\$ 170 bilhões a R\$ 180 bilhões em dívidas de produtores rurais com recursos do Fundo Social do pré-sal, de fundos constitucionais e sobras do Plano Safra.

Na véspera, o Ministério da Fazenda enviou uma proposta considerada mais restritiva e mais cara pelo agronegócio, o que teria, segundo o relator do projeto na CAE, senador Renan Calheiros (MDB-AL) inviabilizado um texto de consenso.

A expectativa da bancada do agronegócio é que o texto iria ao plenário do Senado nesta quarta, devido a um

pedido de urgência aprovado na comissão. Como já tinha sido aprovado na Câmara, o texto precisará ser novamente votado por lá.

A votação desta quarta encerra uma série de idas e vindas em torno desse pacote, com tentativas do Ministério da Fazenda de retirar o fundo do pré-sal do texto. O uso de recursos de 2026 e 2027 e do superávit do fundo de 2025 e 2026 foram mantidos, com a possibilidade de a Fazenda definir depois um limite global para o uso desses recursos.

Somente o líder do governo no Senado, Jaques Vagner (PT-BA), votou contra a aprovação do relatório na comissão. Segundo ele, o governo deve orientar contra o projeto de lei na votação em plenário e deve

trabalhar para que Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), presidente do Senado, não pautar o texto de imediato.

Vagner considera que as taxas de juros fixadas no projeto de lei, de 3,5% a 7,5% ao ano, tornam a renegociação inviável para as instituições financeiras. Ele disse que ainda procuraria o ministro Dario Durigan, da Fazenda, para conversar e "tentar entender o que houve".

O texto aprovado na CAE também incorporou proposta da senadora Tereza Cristina (PP-MS), vice-presidente da FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária), para permitir o aumento da participação da União no FGI (Fundo Garantidor de Investimentos), o que abriria uma frente de garantias para as renegociações. Folhapress

Fazenda propõe linha para dívida rural com juros de 6% ao ano por meio de bancos



O Ministério da Fazenda fechou na noite desta terça-feira (26) uma proposta para a renegociação de dívidas rurais que inclui apenas recursos livres dos bancos, que poderão usar como fontes as LCAs (Letras de Crédito do Agronegócio) e a poupança rural.

A modelagem desagradou ao setor do agronegócio por ter excluído o Fundo Social do pré-sal e o acesso a outros fundos públicos. Na visão da indústria, isso reduziria os riscos, melhorando as condições para produtores contratarem as renegociações.

Os juros propostos pelo governo também são mais altos do que o previsto pelo senador Renan Calheiros

Clima no Brasil impulsiona alta no café arábica na bolsa de Nova York

Os vencimentos futuros para o café arábica registraram valorizações na sessão desta quinta-feira (28) na Bolsa de Nova York por conta das condições climáticas no Brasil.

O contrato para entrega em julho finalizou o com avanço de 1,63% e está precificado em US\$ 2.742 por libra-peso.

De acordo com o Barchart, as recentes chuvas no Brasil estão atrasando a colheita de café e ameaçando restringir a oferta global.

Além disso, o mercado monitora os estoques de café arábica da ICE caíram para o menor nível em três meses, atingindo 440.785 mil sacas nesta quinta-feira.

Os contratos futuros do açúcar ampliaram as perdas nesta sessão na Bolsa de Nova York, pressionados pelas expectativas de maior produção de cana-de-açúcar no Brasil.

O vencimento para julho recuou 1,49% e encerrou o pregão cotado a

US\$ 13,93 por libra-peso.

Segundo informações do Barchart, o mercado reagiu negativamente aos dados divulgados pela Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia), que indicaram crescimento de 55,3% na produção em comparação com o mesmo período do ano passado.

Na região Centro-Sul do Brasil, a produção foi estimada em 2,475 milhões de toneladas, impulsionada pelo avanço na produtividade. O teor de sacarose por tonelada de cana alcançou 112,58 quilos, alta de 5,4% na comparação anual.

O contrato futuro do cacau com vencimento em julho encerrou a sessão em queda de 0,99%, cotado a US\$ 4.099 por tonelada.

Segundo o Barchart, os preços foram pressionados pelo aumento da oferta disponível no mercado. Os estoques monitorados pela ICE atingiram o maior nível em um ano e nove meses, alcançando 2,81 milhões de sacas nesta quinta-feira. CNN



no projeto de lei em discussão na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado, de 3,5% a 7,5%.

Havia previsão de que a proposta fosse votada na manhã desta quarta no colegiado, mas as discussões foram adiadas para que os senadores envolvidos na negociação chegassem a algum acordo. Além de Calheiros, a vice-presidente da FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária), senadora Tereza Cristina (PP-MS), tem conversado com a Fazenda.

O agronegócio calcula que a chamada carteira estressada de crédito rural esteja entre R\$ 170 bilhões e R\$ 180 bilhões. A proposta do governo não indica quanto desse total conseguiria acesso à linha especial a ser criada. Os juros previstos

no texto do Ministério da Fazenda são de 6% ao ano para beneficiários do Pronaf, de 8% ao ano para mini, pequenos e médios produtores enquadrados no Pronamp e de 12% para os demais produtores. Para essas três faixas, também foram definidos os limites de R\$ 400 mil, R\$ 2 milhões e R\$ 4 milhões.

O tamanho do produtor enquadrado na renegociação ainda é, segundo Tereza Cristina, um ponto de divergência com o governo. Na avaliação dela, o teto de R\$ 4 milhões é uma "régua muito baixa", que precisaria subir a R\$ 10 milhões. Ela também apontou o intervalo para o enquadramento na linha como um critério que precisa de avanço na negociação. Folhapress

Acciona Construcción S.A.

CNPJ/MF nº 03.503.152/0001-03

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	Balancos Patrimoniais		Passivo	Nota	Demonstrações dos Resultados		Passivo	Nota	Demonstrações dos Fluxos de Caixa	
		2025	2024			2025	2024			2025	2024
Ativo Circulante				Passivo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	113.593	677.155	Fornecedores	12	759.848	870.569	Fornecedores	12	759.848	870.569
Contas a Receber de Clientes	5	2.541.599	1.801.094	Arrendamentos PC	11.1	111.667	199.646	Arrendamentos PC	11.1	111.667	199.646
Estoque	6	78.380	86.248	Outros passivos PC		68	26	Outros passivos PC		68	26
Despesas Antecipadas	7	134.999	22.762	Adiantamento de clientes	13	2.087	-	Adiantamento de clientes	13	2.087	-
Outros Impostos a recuperar AC	8	1.806	7.759	Partes relacionadas a pagar	9	279.516	25.458	Partes relacionadas a pagar	9	279.516	25.458
Adiantamento a Fornecedores		119.579	79.954	Impostos e contribuições a recolher IR e CS a pagar	14	111.979	124.859	Impostos e contribuições a recolher IR e CS a pagar	14	111.979	124.859
Mútuos a receber		-	15	Obrigações trabalhistas e encargos sociais		128.772	118.072	Obrigações trabalhistas e encargos sociais		128.772	118.072
Outros ativos AC		2.410	463	Cretores diversos		-	-	Cretores diversos		-	-
Total do Ativo Circulante		2.992.366	2.675.450	Dividendos a Pagar		1.002.989	-	Dividendos a Pagar		1.002.989	-
Ativo Não Circulante				Total do Passivo Circulante		2.429.491	1.363.633	Total do Passivo Circulante		2.429.491	1.363.633
Realizável a longo prazo				Passivo Não Circulante				Passivo Não Circulante			
Despesas Antecipadas ANC	7	9.789	145	Outros passivos PNC		20.422	40.372	Outros passivos PNC		20.422	40.372
Partes Relacionadas a Receber	9	90.957	78.278	Arrendamentos PNC	11.1	1.190	5.691	Arrendamentos PNC	11.1	1.190	5.691
Impostos Diferidos IRPJ e CSLL	10	78.057	66.563	Provisão para contingências	15	142.090	117.221	Provisão para contingências	15	142.090	117.221
Outros ativos ANC		4.354	3.244	Total do Passivo não Circulante		163.702	163.284	Total do Passivo não Circulante		163.702	163.284
		183.157	148.230	Total do Passivo		2.593.193	1.526.917	Total do Passivo		2.593.193	1.526.917
Intangível	11	14	14	Patrimônio Líquido				Patrimônio Líquido			
Imobilizado	11	134.525	48.098	Capital social	16	767.556	767.556	Capital social	16	767.556	767.556
Ativo direito de uso	11.1	114.180	202.884	Reserva Legal	16	63.492	48.398	Reserva Legal	16	63.492	48.398
		248.719	250.996	Lucros Acumulados	16	-	731.805	Lucros Acumulados	16	-	731.805
Total do Ativo		3.424.242	3.074.676	Total do Patrimônio Líquido		831.048	1.547.759	Total do Patrimônio Líquido		831.048	1.547.759
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido		3.424.242	3.074.676	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		3.424.242	3.074.676

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de Retenção de Lucros	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023		746.455	30.169	385.463	1.162.087
Aumento de capital	18	21.101	-	-	21.101
Lucro do exercício	18	-	-	364.571	364.571
Reserva Legal		-	18.229	(18.229)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		767.556	48.398	731.805	1.547.759
Lucro do exercício	18	-	-	301.887	301.887
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	(15.609)	(15.609)
Reserva Legal		-	15.094	(15.094)	-
Dividendos		-	-	(1.002.989)	(1.002.989)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		767.556	63.492	-	831.048

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – A Acciona Construcción S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado e uma sucursal da Acciona Construcción S.A., com sede em Madrid, na Espanha. Foi constituída no Brasil em 2 de setembro de 1999, com sede no município de São Paulo, por meio de autorização para abertura de estabelecimento, conforme decreto federal datado dessa mesma data. A Companhia tem como objeto social a execução, por conta própria ou de terceiros, diretamente ou por meio da titularidade de ações ou participações em outras sociedades ou entidades de objeto social idêntico ou análogo, das seguintes atividades: (a) Exploração do ramo da construção civil pesada e realização por conta de terceiros, referente à edificação, arrendamento, concessão, urbanização, parcelamento e outra forma de administração, exploração e realização de todo tipo de atos e negócios sobre bens imóveis. (b) Exploração, gestão, realização e desenvolvimento de fornecimentos, obras e serviços públicos. (c) Participação em consórcios, sempre que isso não suponha a realização de atividades próprias das entidades de investimento coletivo. (d) Prestação de serviços de administração de bens e negócios em geral de terceiros. (e) Realização de todo tipo de projetos e direção de projetos. Em destaque, temos a continuidade da execução do contrato para a construção de toda a extensão de 15 km da Linha 06 do Metrô de São Paulo (Linha Laranja). O contrato foi firmado no modelo back to back com a Concessionária Linha Universidade S.A., que, por sua vez, mantém um contrato de PPP (Parceria Público-Privada) com o Estado de São Paulo. A Linha 06 atenderá a um fluxo previsto de mais de 600 mil pessoas por dia. Na execução da citada obra, foram identificadas diferenças geotecnológicas nas condições em que se encontra o terreno no momento da execução da obra pela Acciona no que diz respeito ao estudo do terreno, realizado pelo Poder Concedente e que faz parte da Concessão do Contrato. Essas diferenças são chamadas de riscos geotecnológicos e conforme contrato de concessão, fica estabelecido que são riscos compartilhados entre o Poder Concedente e a Concessionária. Durante o exercício de 2024, devido aos impactos das condições geotecnológicas, a Autoridade Concessionária reconheceu um atraso de três anos no cronograma de obras, postergando a conclusão para 6 de outubro de 2028. No entanto, foi confirmado um programa de trabalho acelerado, reduzindo esse atraso para dois anos. Com isso, a abertura parcial de oito estações foi antecipada para outubro de 2026, dois anos antes do previsto, e a inauguração definitiva de toda a linha foi antecipada em um ano, para outubro de 2027. A aprovação desses eventos pelo Estado de São Paulo e uma compensação econômica dos custos diretos em relação ao programa de trabalho original e dos custos indiretos de referido período e nesse caso os impactos dos atrasos e os custos financeiros adicionais serão revertidos à Companhia. Até o final do exercício de 2025, a empresa apresentou um avanço geral de 71,33%, sendo 83,13% Tramo Norte e Tramo Sul 56,44%. Temos destaque para o avanço da TBM em 13,9km e 12 estações de 15 totalmente escavadas. Como fato relevante, tivemos em 30 de dezembro de 2025 a assinatura do Termo de Aditivo 3 abrangendo o Estudo Funcional, Cadastro de Interferências, Estudos Geotecnológicos e Projetos Básicos de Obras Civis.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras – Declaração de Conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 27 de fevereiro de 2026. **Elaboração das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. A preparação das demonstrações financeiras envolve o uso de estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia, especialmente no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que demandam maior entendimento estão descritas na Nota 3. O lucro por ação básico e diluído não é apresentado na demonstração do resultado, uma vez que o capital social da Companhia não é distribuído em ações, dado que se trata de uma filial de uma sociedade estrangeira estabelecida no Brasil. **Descrição das Políticas Contábeis Materiais:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **Conversão de Moeda Estrangeira: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. **(b) Transações e saldos em moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado como variações monetárias e cambiais. **Caixa e Equivalentes de Caixa:** De acordo com a orientação do CPC 03, os equivalentes de caixa são mantidos com o objetivo de atender a compromissos que envolvam recursos em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que sejam prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estejam sujeitos a risco insignificante de variação no seu valor. **Instrumentos Financeiros: Classificação:** A classificação dos instrumentos financeiros ativos depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **Ativos Financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado conforme seu método de mensuração: ao custo amortizado; ao valor justo por meio do resultado (VJORA) – para instrumentos de dívida; ao valor justo por meio do resultado (VJORA) – para instrumentos patrimoniais; ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJPR). Esses ativos são mensurados pelo custo amortizado, com o método dos juros efetivos, e ajustados por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais, e o impairment são reconhecidos no resultado,

linear e/ou utilização do bem em cada projeto para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil. A Companhia utiliza como base as seguintes taxas de depreciação anual, que de forma geral refletem, a vida útil do ativo imobilizado quando este não está diretamente associado a um projeto: • Móveis e utensílios – 10%, • Instalações – 10%, • Máquinas e equipamentos – 10%, • Equipamentos de telecomunicação – 20%, • Equipamentos de informática – 20%, • Veículos – 20%, e • Beneficiários em imóveis de terceiros – 20%. Na obra da Linha 6, considerando que as operações estão em andamento, adotamos a depreciação acelerada dos ativos com base na sua vida útil, especialmente no caso das máquinas. Esse método é essencial para refletir o desgaste intenso e contínuo dos bens utilizados ao longo da execução da obra. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. A companhia não identificou indicadores de que o valor justo do ativo imobilizado esteja registrado por valor superior ao seu valor recuperável. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. A Companhia, de acordo com o CPC 23, corrigiu os valores da amortização acumulada do maquinário por valor de R\$ 88.448 que será utilizado na Fase III, considerando que desde o ano fiscal de 2024 houve evidências (nova Fase III, expansão da fase atual e valor de mercado) que deveria ter sido considerado para modificar a taxa de depreciação do maquinário em relação ao plano inicial. O impacto identificado foi reconhecido no exercício de 2025, decorrente de ajustes relacionados às demonstrações financeiras do exercício de 2024. Considerando sua natureza e relevância, não houve necessidade de reapresentação das demonstrações financeiras anteriormente divulgadas, uma vez que os efeitos não são materiais. Este efeito ocasionou uma redução no contas a receber de R\$ 104.057 em virtude do cálculo do grau de avanço (Percentage of Completion). Sendo assim, o valor reconhecido em ajuste de períodos anteriores refere-se ao valor de R\$ 15.609 que está demonstrado nas mutações do patrimônio líquido do exercício de 2025. **Impairment de Ativos Não Financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização e depreciação são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido impairment são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório. A companhia não identificou indicadores de que o valor justo dos ativos não financeiros esteja registrado por valor superior ao seu valor recuperável. **Reconhecimento das demonstrações financeiras dos Consórcios:** Estão registrados em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade e Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC 19 – Negócios em Conjunto e correlação às normas internacionais de contabilidade. A Companhia tem participação em três consórcios de obras, sendo um estabelecido na cidade de Fortaleza para a obra do Metrô Linha Leste de Fortaleza com participação de 50% no consórcio, situação do contrato reiniciado. É dois estabelecidos na cidade de São Paulo para os lotes 06 e 08 da extensão da Linha Verde do Metrô de São Paulo com participação de 51% em cada um. Os ativos e passivos dos consórcios, bem como o resultado de suas operações, foram incorporados às demonstrações financeiras da Companhia. **Fornecedores:** As contas a pagar com fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios). Caso contrário, o saldo das contas a pagar com fornecedores são apresentadas como passivo não circulante. **Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem: (a) uma obrigação presente legal ou implícita, como resultado de eventos passados; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (c) uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto que reflete as avaliações atuais do mercado, do valor do dinheiro no tempo, e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **Capital Social:** O capital social não é dividido em ações, por se tratar de uma filial de sociedade estrangeira estabelecida no Brasil e o seu montante está registrado no Banco Central do Brasil. Em 26 de dezembro de 2025, por meio de ata de reunião de Sócios registrado, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos e sem quaisquer ressalvas ou restrições no montante de R\$ 1.002.989. **Reconhecimento de Receita: (a) Prestação de serviços:** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e/ou bonificações concedidas. A Companhia reconhece os resultados dos contratos de construção de acordo com o critério de progresso físico das obras (CPC 47 – receita de contrato com cliente). Com esse critério, as receitas e os custos são lançados na conta de resultado ao longo dos exercícios conforme a execução e progresso dos projetos acordados entre as partes. Os valores recebidos antes da realização do correspondente trabalho são registrados no balanço patrimonial como um passivo, na rubrica "Adiantamentos de clientes" ou "Faturamento por Antecipação". Os montantes futuros do trabalho executado, mas ainda não pagos pelo cliente, são registrados no balanço patrimonial como um ativo, na rubrica "Contas a receber de clientes". Quando os resultados de um contrato de construção não podem ser estimados com confiabilidade, sua receita é reconhecida até o montante dos custos incorridos cuja recuperação seja provável. Os custos de cada contrato são reconhecidos no período em que são incorridos. Quando for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato, a perda estimada é reconhecida imediatamente no resultado. **Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2025		2024	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	301.887	364.571	301.887	364.571
Ajustes para reconciliar os resultados do exercício ao caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais				
Variação cambial líquida	5.543	386	5.543	386
Provisões	24.869	33.828	24.869	33.828
Depreciações e Amortizações	197.982	310.920	197.982	310.920
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(11.494)	9.022	(11.494)	9.022
Provisões de impostos correntes	161.309	174.441	161.309	174.441
Baixa de ativo imobilizado	-	61	-	61
Juros incorridos sobre arrendamentos	10.010	11.428	10.010	11.428
Total	690.106	904.658	690.106	904.658

Aumento/(Redução) nos Ativos	2025		2024	
	2025	2024	2025	2024
Contas a receber	(844.561)	(1.330.758)	(844.561)	(1.330.758)
Estoque	7.868	(2.857)	7.868	(2.857)
Despesas antecipadas	(121.881)	62.126	(121.881)	62.126
Impostos a recuperar	5.953	187	5.953	187
Adiantamento a fornecedores	(39.625)	(21.121)	(39.625)	(21.121)
Outros ativos	(15.736)	3.190	(15.736)	3.190
Total	(1.007.982)	(1.289.233)	(1.007.982)	(1.289.233)

Aumento/(Redução) nos Passivos	2025		2024	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores	(110.721)	324.510	(110.721)	324.510
Adiantamentos de clientes	2.087	(10.034)	2.087	(10.034)
Partes relacionadas	248.515	(14.852)	248.515	(14.852)
Impostos e contribuições pagos	(12.880)	54.613	(12.880)	54.613
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	10.700	27.636	10.700	27.636
Outros passivos	(19.908)	4.889	(19.908)	4.889
Total	117.793	386.762	117.793	386.762

calculado com base nas leis tributárias promulgadas até a data do balanço da Companhia. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, são calculados sobre o prejuízo fiscal acumulado, e calculadas sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos e débitos diferidos é de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 10). Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. **3. Estimativas e julgamentos contábeis:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. A Companhia faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais, mas normalmente apresentam uma aproximação ao valor real. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão divulgadas a seguir: **(a) Impostos diferidos:** A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor. A Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando o resultado histórico gerado e o lucro tributável projetado, de acordo com estudos de viabilidade técnica. **(b) Contingências:** A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, e apresenta defesas judiciais que, de acordo com a avaliação interna da administração e de seus assessores legais, acreditam em decisão favorável à companhia na maior parte dos processos como descrito na Nota 15. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos advogados externos como informado no parágrafo anterior. A administração acredita que essas contingências estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras. **(c) Vida útil do imobilizado:** A Companhia avalia a vida útil dos seus ativos imobilizados usando o método linear e/ou utilização do bem na produção para alocar seus custos, menos o valor residual durante a vida útil. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço, conforme descrito na Nota 2 item Imobilizado. **(d) Provisão para perdas com créditos esperadas:** A Companhia apresenta uma abordagem simplificada para análise do saldo a receber líquido de provisão para eventuais perdas de crédito esperadas. Não há provisão do saldo de contas a receber do ativo circulante, a maior movimentação dessa conta é proveniente de clientes de empresas relacionadas, que inclui as contas a receber do projeto da Linha 06 Laranja do Metrô de São Paulo, que possui histórico zero de perdas, e que por sua vez não geram riscos de inadimplência. O atual saldo de contas a receber não circulante foi submetido a análise dessa abordagem e expresso com mais detalhes na Nota explicativa 5 – Contas a Receber de Cliente, item b) no ativo não circulante. **(e) Reconhecimento da Receita de Construção:** O reconhecimento da receita de construção é realizado através do método POC Percentage of Completion (Percentual de Obra Concluída) para todos os projetos. O POC é influenciado diretamente pelo custo orçado para cada projeto, dado que o método de apuração se dá pela razão entre custos efetivamente incorridos sobre os custos orçados. O custo orçado é uma estimativa realizada pela Companhia através da área de engenharia que possui profissionais com experiência e conhecimento adequado para realizar tal estimativa. Tempestivamente, o custo orçado para cada projeto é revisado, e ajustado caso seja necessário, refletindo a melhor expectativa de gastos totais no projeto. **Novas Normas Contábeis Ainda Não Efetivas:** Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras. **CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica

continua...

... continuação

a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. • Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas pelo MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'. **Outras normas contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações ao CPC 48).

4. Caixa e equivalentes de caixa	2025	2024
Caixa	9	15
Bancos conta Movimento	4.427	8.180
Aplicações financeiras (*)	109.157	668.960
	113.593	677.155

(*) O saldo total das aplicações financeiras está indexado a uma taxa média de rentabilidade de 94,95% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI). Em 2025 o CDI teve uma média anual de 14,32%. Esses investimentos estão lastreados em Certificados de Depósito Bancário (CDB) emitidos por bancos privados e públicos. Todas as aplicações possuem liquidez imediata, permitindo resgate a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos. Para o ano de 2024 a taxa média de rentabilidade era de 97% do CDI.

5. Contas a receber de clientes – As contas a receber de clientes por serviços prestados são decorrentes dos direitos contratuais da Companhia, e referem-se exclusivamente a transações em moeda nacional:

a) Ativo Circulante:	2025	2024
Contas a receber de clientes (i)	3.211	632
Serviços prestados a faturar (ii)	2.538.388	1.800.149
Outras contas a receber	-	314
	2.541.599	1.801.094

(i) O saldo refere-se ao saldo a receber dos consórcios Linha 02 Lote 06 e Lote 08, equivalente ao 51% de participação da Companhia. (ii) Refere-se a projetos executados e com os custos incorporados concomitantemente ao registro das receitas, independente do momento do faturamento ou recebimento, atendendo plenamente ao Regime de Competência, e ao CPC 47. A Administração tem o controle dos serviços prestados a faturar, com expectativa de êxito no total dos recebimentos após a emissão das respectivas notas fiscais, de acordo com os marcos de execução contratual.

31 de dezembro de 2025	Valor Contábil	À vencer 1 - 2 meses	3 meses - 1 ano
Contas a receber de clientes	3.211	-	3.211
Serviços prestados a faturar	2.538.388	369.000	2.169.388
	2.541.599	369.000	2.172.599

b) Ativo não circulante:

2025	2024	
Contas a receber de clientes	306.711	351.929
Perda estimada em liquidação duvidosa	(306.711)	(351.929)

6. Estoques – Os estoques estão alocados no projeto da obra da Linha 6 do Metrô de São Paulo (Linha Laranja), e são substancialmente materiais a serem empregados diretamente no projeto cuja expectativa de utilização é inferior a 12 meses.

2025	2024	
Estoques de materiais diretos (i)	78.380	86.248
	78.380	86.248

(i) A variação reflete o aumento da produção e o avanço da obra ao longo de 2025. O valor informado para o estoque corresponde ao montante necessário para garantir a continuidade do progresso conforme o cronograma estabelecido. Desse total, 16 milhões estão em poder de terceiros.

7. Despesas antecipadas – As coberturas são contratadas pela administração em valores considerados adequados para a proteção contra possíveis sinistros, levando em conta a natureza das atividades da Companhia. As despesas antecipadas estarão amparadas pelas apólices de seguro contratadas, que abrangem os riscos presentes nas operações da Companhia, além dos gastos antecipados destinados à realização de estudos técnicos, sendo apresentadas a seguir:

Modalidade de cobertura de seguro	2025	2024
Equipamentos	15	-
Fianças e seguro garantia	12.329	6.532
Riscos de engenharia	11.064	11.351
Responsabilidade civil	56	4.378
Responsabilidade civil ambiental	-	645
Gastos Antecipados (i)	121.324	-
No ativo circulante	134.999	22.762
No ativo não circulante	9.789	145

(i) Os valores classificados como gastos antecipados referem-se a valores pagos antecipadamente pela Companhia referente a Fase III do Contrato de Concessão que prevê o prolongamento do traçado da Linha 6 - Laranja no sentido Norte e Leste.

8. Impostos a recuperar – Os impostos a Recuperar estão compostos por impostos federais (PIS, COFINS, IRRF), e imposto municipal (ISS), e estão demonstrados conforme a seguir:

	2025	2024
Ativo circulante		
PIS/COFINS a compensar	90	98
IRRF a compensar	686	6.123
Outros impostos a recuperar	1.030	1.538
	1.806	7.759

9. Transações com partes relacionadas – (a) Transações e saldos: A Companhia mantém saldos e realiza transações com sua controladora e outras partes relacionadas em montantes significativos em relação à sua posição patrimonial e financeira e aos resultados de suas operações, conforme descrito a seguir:

	2025	2024
Instalações	376	(376)
Máquinas e equipamentos	357.173	(223.880)
Equip. de informática	4.157	(3.750)
Móveis e utensílios	6.480	(6.135)
Equip. de telecomunicação	905	(905)
Veículos	23.197	(23.023)
Benf. em imóveis de 3ºs	3.004	(2.763)
Obras em andamento	68	-
	395.358	(260.833)

Conforme mencionado na nota 2, a Companhia adota taxas anuais de depreciação para refletir a vida útil do ativo imobilizado, especialmente quando não está diretamente vinculado a um projeto específico. A variação na depreciação em comparação com o ano anterior é devido ao progresso do projeto da Linha 06 do Metrô de São Paulo, destacando-se particularmente pelo avanço dos túneis Norte e Sul. Para o período, a Companhia, de acordo com o CPC 23, corrigiu os valores da amortização acumulada do maquinário por valor de R\$ 88.448 (Conforme mencionado no quadro abaixo) que será utilizado na nova Fase III, expansão da fase atual. De acordo com a avaliação da administração, não foi identificado a necessidade de aplicação de impairment para os ativos não financeiros conforme requisitos e normas estabelecidas.

(b) A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios de 2025 e 2024 respectivamente, foram as seguintes:

	Saldo final em 31/12/2024	Adições	Baixas	Ajustes	Transf.	Depreciação	Saldo final em 31/12/2025
Máquinas e equipamentos	46.596	9.809	-	88.448	(617)	(10.943)	133.293
Equip. de informática	654	183	-	-	(210)	-	406
Móveis e utensílios	97	22	-	-	267	(41)	345
Veículos	275	-	-	-	582	(683)	174
Benf. em imóveis de 3ºs	408	-	-	-	(74)	(94)	240
Obras em andamento	68	-	-	-	-	-	68
	48.098	10.014	-	88.448	(52)	(11.983)	134.525

Acciona Construcción S.A.

31 de dezembro de 2025:	Ativo circulante e não circulante	Passivo circulante	Despesas
Partes relacionadas			
Acciona Triunfo Construcciones Ltda.	804	-	-
Acciona Construcción S.A. da Espanha (i)	2.330	251.515	- 219.811
Acciona Concesiones S.L.	6.885	3.018	18.814 9.472
Acciona Concesiones - Espanha	1.003	3.018	-
Concessionaria Linha Universidade (iii)	52.969	-	- 2.665.702
Acciona Agua S.A.U Do Brasil	709	-	- 4.427
Acciona Agua - Lote 2 Paraná Spe S.A	7	-	-
Concessionaria Acciona Agua Espirito Santo - Cesan	15	-	-
Acciona Forwarding	75	-	- 80
Riacho Novo Empreendimentos	-	-	- 23
Acciona Industrial Brasil Ltda.	213	-	-
Consórcios (ii)	25.023	24.983	47.395
Acciona Energia	118	-	-
Acciona Servicios Urbanos - Asuma	458	-	-
Acciona Airport	77	-	-
Acciona Org	97	-	-
Engenharia Especializada Obra Civil E Industrial Ltda	1.001	-	-
Acciona Construcción USA Corp	176	-	-
	90.957	279.516	2.736.440 229.283

31 de dezembro de 2025	2025	2024
31 de dezembro de 2025	90.957	279.516
31 de dezembro de 2024:	2.354.929	279.516

31 de dezembro de 2024:	Ativo circulante e não circulante	Passivo circulante	Despesas
Partes relacionadas			
Acciona Triunfo Construcciones Ltda.	791	-	-
Acciona Construcción S.A. da Espanha (i)	1.307	3.492	- 1.906
Acciona Concesiones S.L.	1.195	-	- 17.467 8.687
Concessionaria Linha Universidade (iii)	50.564	-	- 2.509.827
Acciona Agua	602	-	- 4.080
Acciona Forwarding	5	-	-
Riacho Novo Empreendimentos	-	-	- 90
Acciona Industrial Brasil Ltda.	1.624	-	-
Consórcios (ii)	21.952	21.966	40.071
Acciona Energia	208	-	-
Acciona Servicios Urbanos - Asuma	27	-	-
Acciona Airport	3	-	-
	78.278	25.458	2.571.535 10.593

31 de dezembro de 2024	2024	2025
31 de dezembro de 2024 <td>1.616.085</td> <td>25.458</td>	1.616.085	25.458
31 de dezembro de 2025 <td>2.571.535</td> <td>10.593</td>	2.571.535	10.593

(i) Refere-se a operações incorridas efetuadas pela Matriz na Espanha. (ii) Refere-se a saldo de conta corrente e receita anual dos Consórcios que a Companhia tem participação, conforme nota explicativa 2 (Reconhecimento das demonstrações financeiras dos consórcios). (iii) O valor do Ativo refere-se a valores faturados para o nosso cliente Concessionaria Linha Universidade referente ao projeto do Metrô Linha 6 Laranja de São Paulo conforme descrito na Nota explicativa 1. (iv) O valor do ativo se refere ao reconhecimento da Receita Atribuída conforme CPC 47 da Linha 6, conforme Nota explicativa 5. **(b) Remuneração do pessoal-chave da administração.** O pessoal-chave da administração inclui os diretores e os membros da alta gerência. A remuneração paga no valor de R\$ 6.395 por serviços de empregados está demonstrada a seguir:

2025	2024	
Salários e outros benefícios de curto prazo	6.395	6.240
	6.395	6.240

10. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro – O imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL"), correntes e diferidos, são calculados com base nas suas alíquotas vigentes. Os tributos são reconhecidos com base nas taxas de IRPJ e CSLL previstas na legislação vigente na data de encerramento do exercício. As alíquotas vigentes no Brasil são de 15% para o IRPJ, 10% para o adicional do IRPJ e de 9% para a CSLL. A constituição do imposto de renda e da contribuição social são decorrentes do resultado apurado no exercício, conforme demonstrado abaixo:

	2025	2024
Lucro antes do imposto sobre o lucro e da contribuição social	451.701	548.034
Imposto sobre o lucro e contribuição social a taxa nominal (34%)	(153.578)	(186.332)

Ajustes para cálculo da taxa efetiva:

Despesas não dedutíveis	639	662
Programa de alimentação do trabalhador - PAT	2.898	3.134
Reconhecimento de diferenças temporárias dedutíveis anteriormente não reconhecidas	-	(927)
Outras movimentações	226	-
Outras diferenças permanentes	31.798	-
Outras diferenças temporárias	(31.572)	-

Imposto sobre o lucro e contribuição social (corrente e diferido)

	2025	2024
Alíquota efetiva	33%	33%
IR corrente	(161.309)	(174.441)
IR Diferido	11.495	(9.022)
A seguir, movimentação do ativo diferido nos exercícios de 2025 e 2024:		
Saldo 2023	55.577	20.008
	48.943	17.620

	2025	2024
Movimentação Base - Outros Ajustes Atemporais	(6.634)	(2.388)
	48.943	17.620
Movimentação Base Negativa Movimentação Base - Outros Ajustes Atemporais	33.658	12.640
	57.395	20.662

11. Imobilizado, Intangível e Direito de uso - (a) O Imobilizado é representado por:

	2025	2024
Instalações	376	(376)
Máquinas e equipamentos	357.173	(223.880)
Equip. de informática	4.157	(3.750)
Móveis e utensílios	6.480	(6.135)
Equip. de telecomunicação	905	(905)
Veículos	23.197	(23.023)
Benf. em imóveis de 3ºs	3.004	(2.763)
Obras em andamento	68	-
	395.358	(260.833)

Conforme mencionado na nota 2, a Companhia adota taxas anuais de depreciação para refletir a vida útil do ativo imobilizado, especialmente quando não está diretamente vinculado a um projeto específico. A variação na depreciação em comparação com o ano anterior é devido ao progresso do projeto da Linha 06 do Metrô de São Paulo, destacando-se particularmente pelo avanço dos túneis Norte e Sul. Para o período, a Companhia, de acordo com o CPC 23, corrigiu os valores da amortização acumulada do maquinário por valor de R\$ 88.448 (Conforme mencionado no quadro abaixo) que será utilizado na nova Fase III, expansão da fase atual. De acordo com a avaliação da administração, não foi identificado a necessidade de aplicação de impairment para os ativos não financeiros conforme requisitos e normas estabelecidas.

(b) A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios de 2025 e 2024 respectivamente, foram as seguintes:

	Saldo final em 31/12/2024	Adições	Baixas	Ajustes	Transf.	Depreciação	Saldo final em 31/12/2025
Máquinas e equipamentos	46.596	9.809	-	88.448	(617)	(10.943)	133.293
Equip. de informática	654	183	-	-	(210)	-	406
Móveis e utensílios	97	22	-	-	267	(41)	345
Veículos	275	-	-	-	582	(683)	174
Benf. em imóveis de 3ºs	408	-	-	-	(74)	(94)	240
Obras em andamento	68	-	-	-	-	-	68
	48.098	10.014	-	88.448	(52)	(11.983)	134.525

2024:	Saldo final em 31/12/2023	Adições	Baixas	Ajustes	Transf.	Depreciação	Saldo final em 31/12/2024
Instalações	81	-	-	-	-	(81)	-
Máquinas e equipamentos	165.463	345	-	(26)	-	(119.186)	46.596
Equip. de informática	827	70	-	(21)	-	(222)	654
Móveis e utensílios	(1.455)	107	-	-	-	1.445	97
Veículos	(1.685)	2.063	-	-	-	(103)	275
Benf. em imóveis de 3ºs	789	244	-	(15)	-	(610)	408
Obras em andamento	68	-	-	-	-	-	68
	164.088	2.829	-	(62)	-	(118.757)	48.098

(c) Movimentação do Ativo de direito de uso no exercício de 2025: A política que o grupo aplica nas obras para a contabilização dos contratos de arrendamento, é realizar uma estimativa para contabilizar o ativo e o passivo inicial, com base no compromisso que a companhia assumiu com os fornecedores por horas mínimas como determinam a maioria dos contratos. Posteriormente, de acordo com o CPC 06, as diferenças entre os pagamentos estimados e os pagamentos efetivos se reconhecem no resultado do exercício. A depreciação do passivo de arrendamento ocorre de acordo com a utilização dos bens arrendados na obra, e dessa forma, durante 2025 devido a utilização, o valor de depreciação foi de R\$ 186.090 e em 2024 R\$ 189.499. Ativo - IFRS 16:

	2025	2024
Saldo Inicial	202.884	130.670
Adição	97.794	261.713
Baixa	(408)	-
Depreciação	(186.090)	(189.499)
	114.180	202.884

11.1 Passivo de arrendamento – O passivo de arrendamento possui conta destacada no balanço no montante de R\$ 112.857.

Passivo - IFRS 16:	2025	2024
Saldo inicial	205.337	132.562
Adição	97.794	261.713
Baixa	(408)	-
Pagamento do principal	(189.866)	(188.938)
Pagamento de juros	(10.010)	(11.428)
Provisão de juros	10.010	11.428
	112.857	203.337

	Valor com Taxa de Desconto (a)	Taxa de Desconto (a)
2025	111.667	11,11%, 11,46%, 11,60%, 11,60%
2026	1.190	12,18%, 12,56% E 13,10%, 11,60%
	112.857	

12. Fornecedores

PUBLICIDADE LEGAL

... continuação

Acciona Construcción S.A.

para honrar o pagamento de suas obrigações. **d) Exposição ao risco de crédito:** O risco de crédito refere-se ao risco decorrente de clientes ou uma contraparte de um instrumento financeiro que deixa de cumprir suas obrigações contratuais. Este risco é proveniente principalmente de contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas. A exposição máxima do risco de crédito, corresponde ao valor contábil dos ativos financeiros para o qual a Companhia entende ser reduzido considerando que maior parte de suas transações são com partes relacionadas, sendo R\$ 90.957 informado na nota explicativa 9, item "transações de saldos", e R\$ 2.263.972, conforme informado em detalhes na nota explicativa 5, item (ii).

Diretoria

André Lima de Angelo – CEO

Luis Alejandro Peñaloza Morales – CFO

Ana Cristina Olanda Coutinho – Accountant, CRC 1SP 315.590/O-3

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Diretores da **Acciona Construcción S.A.** São Paulo-SP.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Acciona Construcción S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Acciona Construcción S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida sig-

nificativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP - 014.428/O-6
Fernando Luis Roscini
Contador CRC 1SP 319.013/O-5

Cotação das Moedas



Coroa (Suécia) - 0,5454
Dólar (EUA) - 5,0517
Franco (Suíça) - 6,4402
Iene (Japão) - 0,03172
Libra (Inglaterra) - 6,7885
Peso (Argentina) - 0,003584
Peso (Chile) - 0,005668
Peso (México) - 0,2914
Peso (Uruguai) - 0,126
Yuan (China) - 0,7451
Rublo (Rússia) - 0,07105
Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,8847

Acciona Construcción, S.A.U.

NIF A-81/638108

Demonstrações Contábeis correspondentes aos exercícios anuais finalizados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em Milhares de Euros)

Balanço Patrimonial				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
Ativo	2025	2024	Ativo	2025	2024	A) Demonstração de Receitas e Despesas		
Ativo não circulante	1.340.818	1.219.479	Períodizações	30.475	30.486	2025	2024	
Ativo intangível	3.612	6.828	Caixa e outros ativos líquidos equivalentes	569.886	493.705	A) Resultado da demonstração de resultados	7.079	9.047
Aplicativos de computador	1.660	1.719	Tesouraria	216.367	261.417	Receitas e despesas imputadas diretamente ao patrimônio líquido		
Outros ativos fixos intangíveis	1.952	5.109	Outros ativos equivalentes	353.519	232.288	1. Devido a diferenças de conversão	(37.922)	(25.413)
Ativos fixos tangíveis	115.824	116.355	Total Ativo	3.498.225	3.296.399	B) Receitas e despesas totais imputadas diretamente ao patrimônio líquido	(37.922)	(25.413)
Terrenos e construções	20.764	16.081	Patrimônio líquido e passivo	2.025	2.024	C) Transferências para a conta de lucros e perdas	-	-
Instalações técnicas e maquinário	87.872	75.851	Patrimônio Líquido	649.501	686.143	Receita total/(Despesas) reconhecidas (A+B+C)	(30.843)	(16.366)
Outras instalações, equipamentos e adiantamentos	1.561	1.141	Fundos próprios	810.555	809.275	Demonstrativo de Resultados		
Ativos fixos em construção e adiantamentos	8.345	20.801	Capital	88.541	88.541	Operações contínuas	2025	2024
Outros ativos fixos tangíveis	2.282	2.481	Primeira emissão	532.984	532.984	Valor líquido do faturamento	2.422.018	2.416.590
Investimentos imobiliários	398	414	Reservas	181.951	178.703	Vendas	2.409.114	2.403.862
Disposições em investimentos de longo prazo no grupo e em empresas associadas	1.013.618	896.823	Legal e estatutário	18.043	18.043	Prestações de serviços	12.904	12.728
Participações de longo prazo no grupo e em empresas associadas	967.567	866.823	Outras reservas	163.908	160.660	Suprimentos e outras despesas externas	(1.517.628)	(1.486.982)
Empréstimos de longo prazo para o grupo e empresas associadas	46.051	30.000	Resultado do exercício	7.079	9.047	Consumo de matérias-primas e suprimentos	(507.524)	(452.782)
Investimentos financeiros de longo prazo	3.597	3.935	Diferenças de Conversão e Outros	(161.054)	(123.132)	Trabalhos realizados por outras empresas	(1.010.104)	(1.034.200)
Ativos financeiros classificados ao valor justo	6	110	Passivo Não Circulante	801.770	654.692	Outras receitas operacionais	257.968	152.739
Outros ativos financeiros de longo prazo	3.591	3.825	Provisões de longo prazo	65.655	22.507	Rendimentos acessórios e outros rendimentos de gestão corrente	254.884	149.955
Contas a receber comerciais e outros créditos a longo prazo	90.574	90.634	Dívidas a longo prazo	610.043	506.343	Subsídios operacionais incluídos no resultado do exercício	3.084	2.784
Ativos fiscais diferidos	113.195	101.470	Dívidas de longo prazo com empresas do grupo e associadas	586.131	489.858	Custos de pessoal	(433.727)	(411.322)
Periodizações	-	3.020	Dívidas de longo prazo com instituições de crédito	23.912	16.485	Salários, vencimentos e pagamentos similares	(355.193)	(337.105)
Ativo Circulante	2.157.407	2.076.920	Credores comerciais e outras contas a pagar	67.805	65.800	Contribuições para a previdência social	(78.534)	(74.217)
Inventário	152.278	129.216	Adiantamento de clientes	2.046	15.887	Outras despesas operacionais	(680.707)	(580.638)
Materiais, trabalho em andamento e outros	95.033	72.071	Periodizações de longo prazo	65.759	49.913	Serviços externos	(584.015)	(500.033)
Adiantamentos para fornecedores	57.245	57.145	Passivos fiscais diferidos	57.687	59.419	Tributos	(20.062)	(32.884)
Contas a receber comerciais e outros créditos a receber de curto prazo	1.234.019	1.174.915	Precificações a longo prazo	580	623	Perdas, imparidade e variação das provisões para operações comerciais	(59.003)	(28.179)
Clientes e obra pendente de certificar	1.007.406	959.054	Passivo Circulante	2.046.954	1.955.564	Outras despesas operacionais correntes	(17.627)	(19.542)
Empresas do grupo e associadas	169.048	152.011	Provisões de curto prazo	126.955	129.337	Depreciação de ativos fixos	(31.520)	(47.597)
Devedores variados	56.028	62.531	Dívidas a curto prazo	302.911	278.085	Perdas por redução ao valor recuperável e ganhos/perdas com a alienação de ativos fixos	(2.113)	1.063
Pessoal	1.537	1.319	Dívidas de curto prazo com empresas do grupo e associadas	260.369	199.756	Outros resultados	(1.013)	114
Outros empréstimos com Administradores Públicos	47.085	40.146	Dívidas de curto prazo com instituições de crédito	42.542	78.329	Resultado de exploração	13.278	43.967
Investimentos de curto prazo em empresas do grupo e associadas	119.196	206.455	Fornecedores e outras contas a pagar	1.516.521	1.457.533	Renda financeira	66.115	54.410
Empréstimos de curto prazo para o grupo e empresas associadas	30.230	112.464	Fornecedores	1.175.161	1.121.243	De participações em instrumentos de capital próprio:	38.399	26.213
Outros empréstimos a empresas do grupo	88.966	93.991	Fornecedores do grupo e empresas associadas	52.324	41.164	Em empresas do grupo e associadas	38.387	26.196
Investimentos financeiros de curto prazo	4.468	1.997	Credores variados	6.578	3.240	Em terceiros	12	17
			Remunerações pendentes de pagamento	34.871	26.536	Proveniente de títulos negociáveis e outros rendimentos financeiros:	27.716	28.197
			Adiantamento de clientes	247.587	265.500	Em empresas do grupo e associadas	3.762	2.755
			Outras dívidas com administrações públicas	95.011	85.127	Em terceiros	24.054	25.442
			Periodizações de curto prazo	5.556	5.482	Gastos financeiros	(50.038)	(56.399)
			Total Patrimônio líquido e passivo	3.498.225	3.296.399	Diferenças de câmbio	(11.576)	(439)
						Redução ao valor recuperável e ganho/perda na alienação de instrumentos financeiros	(10.900)	(33.924)
						Perdas e prejuízos	(13.756)	(34.049)
						Resultados de alienações e outras atividades	2.856	125
						Resultado financeiro	(6.399)	(36.352)
						Resultado antes dos impostos	6.879	7.615
						Imposto de renda	200	1.432
						Lucro do ano proveniente de operações continuadas	7.079	9.047
						Resultado do exercício	7.079	9.047

B) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido						
	Capital	Prêmio de emissão	Reservas	Resultado do exercício	Ajuste da variação de valor	Total patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	88.541	532.984	154.489	24.124	(97.719)	702.509
Receitas e despesas totais reconhecidas	-	-	-	9.047	(25.413)	(16.366)
Transações de acionistas	-	-	24.214	(24.214)	-	-
Distribuição dos resultados do exercício financeiro de 2023	-	-	24.214	(24.214)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	88.541	532.984	178.703	9.047	(123.132)	686.143
Receitas e despesas totais reconhecidas	-	-	-	7.079	(37.922)	(30.843)
Transações de acionistas	-	-	9.047	(9.047)	-	-
Distribuição dos resultados para o exercício financeiro de 2024	-	-	9.047	(9.047)	-	-
Outras variações de patrimônio líquido	-	-	(5.799)	-	-	(5.799)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	88.541	532.984	181.951	7.079	(161.054)	649.501

Demonstração dos Fluxos de Caixa				
	2025	2024		
A) Fluxos de caixa das atividades operacionais	93.588	134.110	C) Fluxos de caixa das atividades de financiamento	165.270 (31.045)
Resultado do exercício antes dos impostos	6.879	7.615	Cobranças e pagamentos de instrumentos de passivo financeiro e outros	(29.391) 50.404
Ajustes do resultado	99.235	112.497	Emissão	7.441 80.689
Depreciação de ativos fixos	31.520	47.597	Reembolso e amortização	(36.832) (30.285)
Ajustes de avaliação por imparidade	13.756	34.049	Variação líquida nos investimentos financeiros com empresas do grupo e associadas	194.661 (81.449)
Resultado da baixa contábil e alienação de ativos fixos	2.113	(1.063)	D) Efeito das variações da taxa de câmbio	(47.466) (24.982)
Resultado de baixas contábeis e alienação de instrumentos financeiros	(2.856)	(125)	F) Aumento/(diminuição) líquido em caixa e equivalentes de caixa (A+B+C)	76.181 4.948
Receitas e despesas financeiras	(16.077)	1.989	Caixa e equivalentes de caixa no início do período	493.705 488.757
Diferenças nas taxas de câmbio	11.576	439	Caixa e equivalentes de caixa no final do período	569.886 493.705
Despesa com imposto de renda corporativo	200	1.432		
Variação de provisões	59.003	28.179		
Mudanças no capital de giro	(61.118)	(64.022)		
Inventário	(23.062)	(10.615)		
Periodizações	3.062	10.801		

Luis Alejandro Peñaloza Morales – Procurador

Ana Cristina Olanda Coutinho – Contadora CRC 1SP 315.590/O-3

As Notas Explicativas fazem parte integrante das contas anuais e estão à disposição nas dependências do escritório da Sucursal Brasileira.

PUBLICIDADE LEGAL

Praias Construtora Ltda.

CNPJ 49.207.921/0001-19 - NIRE -35.200.038.523

Extrato da Ata de Reunião dos Sócios no Dia 28 de maio de 2026

Torna público que, em reunião de sócios realizada em 28 de maio de 2026, às 14:00 horas, na sede social situada na Avenida de São Lourenço, nº 1250 - Loja 02 - Riviera - Bertoga/SP - CEP: 11.261-594, foi aprovada por unanimidade a redução do capital social de R\$ 12.200.000,00 para R\$ 3.671.376,00, com o cancelamento de 8.528.624 quotas com fundamento no artigo 1.082, inciso II, do Código Civil. O arquivamento da respectiva ATA se dará no prazo de 90 dias contados da publicação desse extrato.

DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC - R\$

5,0511 / R\$ 5,0517 **

Câmbio livre mercado -

R\$ 5,0298 / R\$ 5,0318 *

Turismo - R\$ 5,0531 /

R\$ 5,2331

(*) cotação média do

mercado

(**) cotação do Banco

Central

Variação do câmbio

livre mercado

no dia: -0,58%

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: 0,39%

Pontos: 175.063

Volume financeiro:

R\$ 21.302 bilhões

Maiores altas: COPASA

ON (4,32%), Usinas

Siderurgicas de Minas

Gerais SA (4,11%), CSN

ON (3,82%)

Maiores baixas: Azzas

2154 SA (-3,87%),

Magazine Luiza SA

(-3,79%), Sendas Distri-

buidora SA (-2,92%)

S&P 500 (Nova York):

0,58%

Dow Jones (Nova York):

0,05%

Nasdaq (Nova York):

0,91%

CAC 40 (Paris): -0,23%

Dax 30 (Frankfurt):

-0,34%

Financial 100 (Lon-

dres): -0,75%

Nikkei 225 (Tóquio):

-0,47%

Hang Seng (Hong

Kong): -1,27%

Shanghai Composite

(Xangai): 0,12%

CSI 300 (Xangai e

Shenzhen): 0,12%

Merval (Buenos Aires):

0,57%

IPC (México): -1,65%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

IPCA/IBGE

Março 2026: 0,88%

Abril 2026: 0,67%

Brodowski Saneamento S.A.

CNPJ nº 58.616.119/0001-73 - NIRE 35300654684

Ata de Assembleia Geral Extraordinária

Local, Data e Horário: Em 27/02/2026, às 16hs, na sede da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença das Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **Mesa:** Presidente: Sr. Paulo Roberto de Oliveira, Secretária: Sra. Laura de Barros Mello. **Deliberações aprovadas:** (i) Retificar e ratificar o prazo de integralização do capital social da Companhia, previsto na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 24/06/2025, de até 05/12/2025, para até 31/12/2026; (ii) nos termos do art. 4º do Estatuto Social da Companhia, as Acionistas aprovaram Aumentar o Capital social subscrito e integralizado de R\$ 9.559.381, dividido em 9.559.381 ações ordinárias, todas nominativas, no valor de R\$ 1,00 cada, para R\$ 33.559.381,00, dividido em 33.559.381 ações ordinárias, todas nominativas, no valor de R\$ 1,00, onde (a) a acionista **GS Inima Brasil Ltda.** neste ato subscreve 24.000.000 de ações ordinárias, nominativas, no valor de R\$ 1,00 cada, no valor total de R\$ 24.000.000,00, que será integralizado em moeda corrente nacional até 31/12/2026, e (b) a acionista Construtora Saio Ltda. neste ato não subscreve ações e não integraliza nenhum montante de capital social, permanecendo com 1.911.876 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 cada, no valor total de R\$ 1.911.876,00 reais, sendo a totalidade dos subscritores do capital social da Companhia, conforme Boletim de Subscrição; (iii) Alterar o artigo 4º a fim de refletir a deliberação aprovada no item anterior e consolidar o Estatuto Social da Companhia, de modo que este passará a vigor na forma do **Anexo II**; e (iv) Autorizar a Diretoria da Companhia a realizar todos os atos complementares necessários ao cumprimento do que ora ficou resolvido e do que mais seja determinado pelas leis que regem a matéria. Nada mais. Brodowski, 27/02/2026. JUCESP nº 097.844/26-3 em 23/03/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I. Da Denominação, da Sede, do Objeto e da Duração. Artigo 1º - Brodowski Saneamento S.A., doravante denominada simplesmente "Concessionária" ou "Companhia", é uma sociedade por ações de propósito específico com sede e foro no município de Brodowski, Estado de São Paulo, na Av. Rebouças, 757, bairro Centro, CEP: 14340-000, regida por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial pela Lei Federal nº 6.404, de 15/12/1976 e suas alterações posteriores ("Lei das S.A."). **Artigo 2º** - A Companhia tem por objeto social específico e exclusivo o cumprimento do Contrato de Concessão dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Município de Brodowski, no Estado de São Paulo, nos termos do Edital de Concorrência Pública nº 002/2023 ("Contrato de Concessão"). **§ Único** - É vedado à Companhia praticar quaisquer atos estranhos ao seu objeto social. **Artigo 3º** - O prazo de duração da Companhia será o necessário para cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão. **Capítulo II. Do Capital Social e das Ações.** Artigo 4º - O capital social da Companhia totalmente subscrito e parcialmente integralizado é de R\$ 33.559.381,00, dividido em 33.559.381 ações ordinárias, todas nominativas, no valor de R\$ 1,00. **§ 1º** - As Acionistas se obrigam a integralizar totalmente o capital social da Companhia, em moeda corrente nacional, na proporção de 10% no início de cada ano de vigência do Contrato de Concessão. **§ 2º** - Na hipótese de qualquer das Acionistas deixar de subscrever e/ou integralizar as ações emitidas em aumento do capital social da Companhia, necessário para o cumprimento, pela Companhia, das obrigações previstas no Edital e no Contrato de Concessão, a(s) outra(s) Acionista(s) deverá(ão) subscrever e/ou integralizar tal participação, na mesma proporção das ações detidas por cada qual, ou indicar terceiros (desde que aprovados previamente pelo(s) Acionista(s) adimplente(s)) para que subscrevam e/ou integrem as ações emitidas em aumento de capital que não foram subscritas e/ou integralizadas pela Acionista inadimplente. **§ 3º** - A Acionista que deixar de subscrever e/ou integralizar suas ações estará sujeita a penalidades gradativas de multa, suspensão dos direitos políticos e econômicos, e, ao final, diluição da sua participação societária e venda compulsória das ações, nos moldes e prazos a serem definidos no Acordo de Acionistas. **Artigo 5º** - Cada ação ordinária dará direito a um voto nas Assembleias Gerais da Companhia. **Artigo 6º** - Qualquer mudança do controle acionário da Companhia dependerá de prévia anuência do Poder Concedente. **§ Único** - A Companhia não poderá contrair empréstimos ou obrigações estranhas ao seu objeto social ou cujos prazos de amortização excedam o termo final do Contrato de Concessão. **Capítulo III Da Assembleia Geral.** Artigo 7º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, até o dia 30 de abril de cada ano, para fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem, observadas as prescrições legais e estatutárias. **Artigo 8º** - A Assembleia Geral será convocada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou de acordo com as prescrições legais, sendo que a convocação deverá ser realizada com, no mínimo, 8 dias de antecedência. Será dispensada a convocação se verificada a presença da totalidade das Acionistas na Assembleia. A escolha do secretário caberá ao Presidente da Assembleia Geral. **Artigo 9º** - A aprovação de qualquer matéria pelas Acionistas em Assembleia Geral da Companhia será efetuada por maioria simples de voto das Acionistas que comparecerem às respectivas Assembleias Gerais, ressalvada a aprovação de quaisquer das matérias abaixo enumeradas, que exigirão os votos favoráveis de Acionistas representando, pelo menos, 75% das ações ordinárias presentes na respectiva Assembleia Geral, em qualquer convocação: (i) Transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação; (ii) Autorização aos administradores a confessar falência ou pedir recuperação judicial; (iii) Deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício, determinando a constituição de reservas ou a distribuição de resultados, inclusive por meio de juros sobre o capital próprio, conforme a política que vier a ser estabelecida pelas Acionistas; (iv) Aprovação da avaliação de bens no caso de integralização de capital por meio de ativos; (v) Remuneração dos membros do Conselho Fiscal, se instalado; (vi) Autorização para assunção de empréstimos e/ou mútuos, emissão de debêntures ou para a prática de quaisquer outros atos que impliquem captação de recursos de: terceiros pela Companhia; (vii) Aprovação de revisões ou renegociações do Contrato de Concessão; (viii) Autorização para emissão de valores mobiliários, inclusive bônus de subscrição; (ix) Autorização para oferecimento pela Companhia de garantias reais ou pessoais; (x) Aprovação dos termos das garantias ou contragarantias que deverão ser prestadas pelas Acionistas a terceiros em favor da Companhia; (xi) Autorização para alienação de bens do ativo permanente; (xii) Autorização para aumento, redução ou abertura de capital; (xiii) Autorização para aquisição de ações da própria Companhia, nas hipóteses permitidas em lei; (xiv) Aprovação de contas dos administradores e das demonstrações financeiras; (xv) Alteração do estatuto social da Companhia; (xvi) Quaisquer transações da Companhia com seus administradores, partes relacionadas ou ainda administradores de partes relacionadas. **§ 1º** - As matérias enumeradas neste Artigo são de competência privativa da Assembleia Geral de Acionistas. **§ 2º** - As Assembleias Gerais que tenham por objeto quaisquer das matérias enumeradas neste Artigo apenas poderão ser instaladas, em primeira convocação, com a presença de Acionistas que representem, no mínimo, 75% do capital social com direito de voto; em segunda convocação serão instaladas com qualquer número. **§ 3º** - Serão observados pela Companhia e oponíveis a terceiros, desde que tenham sido arquivados na sua sede, os acordos celebrados entre as Acionistas, nos termos do art. 118 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976. **Capítulo IV. Da Administração.** **Seção I - Das Disposições Gerais.** Artigo 10 - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva. **§ 1º** - É expressamente vedado e será nulo de pleno direito o ato praticado por qualquer administrador, procurador, empregado ou preposto da Companhia que a envolva em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao seu objeto social. **§ 2º** - Os administradores serão investidos em seus cargos mediante a assinatura do termo de posse a ser lavrado em livro próprio, observadas as disposições legais. Findo o mandato os administradores permanecerão em seus cargos até a investidura de seus sucessores. **Seção II - Do Conselho de Administração.** Artigo 11 - O Conselho de Administração da Companhia será composto de 05 membros, Acionistas ou não da Companhia, sendo 03 deles indicados pelo Acionista Majoritário, dentre eles o Presidente, e 02 deles indicado pelo(s) acionista(s) minoritário(s), para um mandato de 03 anos, admitida a reeleição, devendo permanecer em seus cargos até a posse dos novos membros eleitos. **§ 1º** - Salvo se demonstrada a prática de ato grave ou contrário às disposições deste Estatuto Social ou à finalidade da Companhia, os membros do Conselho de Administração da Companhia somente poderão ser removidos ou substituídos pelos Acionistas que os indicaram. **§ 2º** - No caso de vacância no Conselho de Administração, o Acionista que indicou o Conselho que ocupava o cargo vago deverá, no prazo de até 30 dias, proceder à indicação de novo membro. **§ 3º** - Nas ausências ou impedimentos eventuais do Presidente, suas funções serão temporariamente exercidas por qualquer outro Conselho por ele indicado. **Artigo 12** - O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocada pelo seu Presidente, pela maioria de seus membros ou pela Diretoria Executiva, com antecedência mínima de 5 dias úteis, devendo constar da convocação a respectiva ordem do dia. **§ 1º** - A convocação deverá ocorrer por escrito e com comprovante de recebimento, bem como ser acompanhada do material de apoio e de todas as informações relevantes necessárias à deliberação dos Conselheiros sobre os assuntos da ordem do dia. **§ 2º** - Excepcionalmente, e desde que comprovada a urgência e a necessidade, o Presidente do Conselho de Administração ou qualquer Conselheiro poderá convocar reunião em prazo inferior ao estabelecido no *caput*, obedecendo as disposições deste Artigo. **§ 3º** - O Presidente do Conselho de Administração facultará, sempre que solicitado com, no mínimo, 48 horas de antecedência, a participação na reunião de qualquer membro do Conselho por via telefônica, videoconferência ou outro meio idôneo de manifestação de vontade, cujo voto será considerado válido para todos os efeitos, desde que os Conselheiros que participaram remotamente da reunião de Conselho ratificarem o seu voto por escrito, no prazo de até 48 horas da ocorrência de referida reunião, sem prejuízo da posterior lavratura e assinatura da respectiva ata. **§ 4º** - Caso, no prazo indicado no § 3º acima, não ocorra a ratificação, por escrito, do voto proferido pelo Conselheiro que participou remotamente da Reunião, referido Conselheiro será considerado como ausente da Reunião e qualquer manifestação sua será excluída da ata da Reunião. **Artigo 13** - Competirá ao Conselho de Administração a orientação geral dos negócios da Companhia, devendo pronunciar-se sobre as matérias que não foram expressamente atribuídas pela legislação aplicável, por este Estatuto ou por Acordo de Acionistas à Assembleia Geral e/ou à Diretoria. **Artigo 14** - O *quórum* de instalação das reuniões do Conselho de Administração será de 3 membros. **§ 1º** - Com exceção das matérias abaixo listadas, as deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pela maioria de votos dos membros que participaram da reunião, cabendo ao Presidente do Conselho o direito de proferir o voto de desempate, se necessário. **§ 2º** - As matérias abaixo enumeradas exigirão o voto favorável de 3/4 dos membros do Conselho de Administração, presentes à respectiva reunião do Conselho de Administração: (i) Qualquer questão cuja efetiva consequência econômica para a Companhia, assim entendida como o efetivo desembolso financeiro pela Companhia e/ou uma decisão judicial ou arbitral transitada

em julgado, seja superior a R\$ 5.000.000,00 em um exercício social; (ii) Aprovação do plano de investimentos, aprovação de planos de negócios, abrangendo "Capex", "Opex" e receitas; (iii) Aprovação de modelo de gestão, incluindo organograma, plano de cargos e salários (exceto dos membros da Diretoria estatutária e membros do Conselho de Administração) e alçadas da Diretoria, incluindo suprimentos; (iv) Definição de empresa de auditoria a ser contratada. **Seção III - Da Diretoria.** Artigo 15 - A administração corrente da Companhia será assegurada por uma Diretoria Executiva formada por 3 diretores, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo-Financeiro e um Diretor Técnico, todos indicados pelo(s) acionista(s) maioritário(s), para o mandato de 3 anos, admitida a reeleição, devendo os mesmos permanecerem nos cargos até a posse dos novos membros eleitos. **§ 1º** - Salvo se demonstrada a prática de ato grave ou contrário às disposições deste Estatuto Social ou à finalidade da Companhia, os Diretores da Companhia somente poderão ser removidos ou substituídos pelos Acionistas que os indicaram. **§ 2º** - No caso de vacância na Diretoria, o Acionista maioritário deverá, no prazo de até 30 dias, proceder à indicação de novo membro. **Seção IV - Da Representação da Companhia.** Artigo 16 - A representação ativa e passiva da Companhia, em Juízo e fora dele, será sempre exercida (i) por 2 Diretores em conjunto, sendo um deles necessariamente o Diretor Presidente, ou (ii) por 1 procurador com poderes específicos em conjunto com 1 Diretor. **§ 1º** - Os instrumentos de mandato serão sempre firmados por 02 Diretores da Companhia, sendo um deles, necessariamente, o Diretor Presidente, e não poderão ter prazo superior a 02 anos, vedado o subestabelecimento, salvo aqueles com finalidade *adjudicia*, que poderão ter prazo indeterminado. **§ 2º** - Exclusivamente aos atos relativos à solicitação e validação de certificados digitais credenciados pela ICP Brasil, a representação da Companhia poderá ser exercida isoladamente pelo Diretor indicado como representante legal perante a Receita Federal do Brasil. **Capítulo V. Do Conselho Fiscal.** Artigo 17 - A Companhia terá um Conselho Fiscal, oportunamente composto de 03 membros efetivos e 03 membros suplentes, que funcionará em caráter não permanente, somente nos exercícios em que for instalado, por deliberação das Acionistas, conforme faculta o artigo 161 da Lei das S.A. **Capítulo VI. Do Exercício Social, do Balanço e dos Resultados.** Artigo 18 - O exercício social da Companhia terá início em 1º de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantados o balanço geral e as demais demonstrações financeiras com observância das prescrições legais. **Artigo 19** - A Companhia poderá levantar balanços intermediários e, por deliberação do Conselho de Administração, declarar e distribuir à conta dos lucros apurados nesses balanços, os respectivos dividendos. **§ 1º** - A distribuição de dividendos ficará condicionada aos limites fixados pela Lei das S.A., quer quantitativamente, quer quanto à periodicidade de sua distribuição, sendo que o dividendo obrigatório será de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da referida Lei. **§ 2º** - A Companhia somente distribuirá dividendos excedentes ao dividendo mínimo obrigatório ou quaisquer outros benefícios societários, previstos neste Estatuto Social, quando resultarem da apuração, ao final do exercício social, de lucros decorrentes do objeto social e desde que tais dividendos ou benefícios societários remanesçam após o pagamento de obrigações vencidas decorrentes do Contrato de Concessão, ainda que tais obrigações tenham se originado em exercícios financeiros anteriores ao da apuração dos lucros. **§ 3º** - A Companhia poderá, ainda, pagar juros sobre o capital próprio, na forma e no limite da legislação aplicável. **§ 4º** - Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício social poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do resultado do exercício social em que forem distribuídos. **Capítulo VII. Da Reorganização Societária e da Dissolução.** Artigo 20 - A Companhia se dissolverá nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação, nomear o liquidante, bem como se o Conselho Fiscal funcionará durante o período. **Capítulo VIII. Da Arbitragem e do Foro.** Artigo 21 - Se quaisquer disputas, conflitos ou discrepâncias de qualquer natureza (doravante referidos conjuntamente como um "Conflito") surgirem entre as Acionistas e/ou entre as Acionistas e a Companhia ("Partes"), as Partes deverão utilizar seus melhores esforços para solucionar o Conflito. **§ 1º** - Para tal objetivo, qualquer uma das Partes deverá notificar a outra de sua intenção de iniciar o procedimento descrito no *caput*, de acordo com o qual as Partes deverão se reunir para tentar solucionar tal Conflito por meio de discussões amigáveis e de boa fé ("Notificação de Conflito"). **§ 2º** - Exceto se disposto de forma contrária neste Estatuto, no caso de as Acionistas e/ou a Companhia falharem em chegar a um consenso, nos termos do *caput*, no prazo de 15 dias corridos, contados a partir da entrega da Notificação de Conflito de uma Parte à outra, o Conflito será submetido à Arbitragem, como estipulado neste Capítulo. **Artigo 22** - A Arbitragem será conduzida perante e de acordo com as regras da Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial ("CAMARB"). A Arbitragem será submetida ao Tribunal Arbitral de três árbitros. **§ 1º** - A Parte interessada notificará as outras e o Presidente da Câmara, por escrito, de sua decisão de submeter a divergência à arbitragem, informando, desde já, o objeto da divergência. **§ 2º** - Os árbitros serão nomeados de acordo com o regulamento da Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial. **§ 3º** - O procedimento arbitral terá lugar no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, e será conduzido de acordo com a legislação brasileira vigente por critérios exclusivos de Direito, na língua portuguesa. **§ 4º** - A sentença arbitral será proferida por escrito, indicará suas razões e fundamentos, e será final, vinculante e exequível contra as Partes de acordo com seus termos. **§ 5º** - A sentença arbitral será tida como solução do Conflito, devendo as Partes, independentemente de terem participado do procedimento arbitral, aceitar tal sentença arbitral como a verdadeira expressão de suas vontades em relação ao Conflito. **§ 6º** - As Partes suportarão em iguais proporções os honorários dos árbitros e demais custos de arbitragem cobrados pela Câmara, salvo se o laudo arbitral decidir integralmente em favor de uma das Partes, caso em que os árbitros condenarão a(s) Parte(s) vencedora(s) ao pagamento de seus honorários, demais custos de arbitragem cobrados pela Câmara e, ainda, ao reembolso de honorários advocatícios razoáveis incorridos pela Parte vencedora, conforme valores estipulados no laudo arbitral. As demais despesas eventualmente incorridas pelas Partes, inclusive, mas não limitado a despesas com viagens, transporte e cópias reprográficas, não serão objeto de qualquer tipo de reembolso ou indenização, independente do resultado da arbitragem. **Artigo 23** - As Partes elegem o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para, se necessário, apenas e tão somente com essa finalidade: I - Decidir sobre medida liminar ou cautelar, em caso de urgência, requerida por quaisquer das Partes, sendo certo que o pedido de uma medida liminar ou cautelar, seja antes ou depois do início do processo de arbitragem, não deverá ser considerado inconsistente com ou como renúncia a qualquer das disposições contidas neste Capítulo VIII; e II - Garantir a completa realização do procedimento arbitral, nos termos do presente Capítulo VIII. **Artigo 24** - A execução da sentença arbitral poderá ser realizada por qualquer juízo que tenha jurisdição sobre as Acionistas e/ou sobre a Companhia. **Capítulo IX. Das Práticas Anticorrupção e Proteção de Dados.** Artigo 25 - Todo e qualquer ato lesivo, especialmente contra a Administração e o Patrimônio Público, ou que atentem contra os princípios da Administração Pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, devem ser repudiados pelas Acionistas, que se comprometem a pautar suas atividades e relacionamentos na mais alta legalidade e moralidade, observando a legislação vigente, notadamente a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), o Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal), a Lei nº 8.429/1992, alterada pela Lei nº 14.230/2021 (Improbidade Administrativa), a Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), a Lei nº 12.683/2012 que altera a Lei nº 9.613/1998 (Crime de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores), a Lei 12.529/2011 (Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência) e o Decreto nº 11.129/2022. Por isso, as Acionistas declaram e garantem que elas, suas afiliadas e todos os seus membros do conselho de administração, diretores executivos e funcionários, quando atuando em seus nomes, observarão as legislações supramencionadas. **Artigo 26** - As Acionistas declaram que: (i) têm conhecimento e obrigam-se a cumprir todas as leis aplicáveis com referência às atividades contempladas por este Estatuto Social; (ii) não fazem ou instruem que sejam feitos quaisquer pagamentos, empréstimos, promessas ou ofertas de pagamentos, presentes de qualquer quantia ou qualquer valor que gere obtenção de vantagem indevida ou ilícita, direta ou indiretamente, de funcionário público; (iii) não participam, direta ou indiretamente, de qualquer fraude de contratos e/ou procedimentos licitatórios, manipulação do equilíbrio econômico-financeiro de contratos, impedimento ou obstrução de atividade investigativa ou fiscalizatória de órgãos competentes; (iv) não burlam qualquer controle interno de contabilidade, não falsificando qualquer livro ou registro contábil e não possuem qualquer fundo ou ativo que não esteja devidamente registrado nos livros e registros contábeis; (v) não estão sendo processados e/ou investigados, em qualquer esfera, por descumprimento ao disposto no item (i) supra; e (vi) que enviairão seus melhores esforços para garantir que seja cumprido com o disposto neste artigo, devendo tais declarações e garantias serem cumpridas enquanto perdurar a Companhia. **Artigo 27** - As Acionistas declaram e garantem que nenhuma parte de suas remunerações, de seus reembolsos e/ou outros benefícios, assim como de seus eventuais parceiros, é, foi ou será, direta ou indiretamente, concedida, paga, oferecida, prometida ou garantida, para fins de (i) influenciar qualquer ato ou decisão do funcionário público no exercício de sua função pública; (ii) induzir o funcionário público a fazer ou omitir qualquer ato que viole os seus deveres legais; (iii) induzir o funcionário público a fazer uso de sua influência no Poder Público para afetar ou influenciar qualquer ato ou decisão; ou (iv) influenciar, de qualquer forma, um funcionário público para assessorar as Acionistas para obter ou conseguir negócios ou qualquer vantagem ou benefício indevido nos negócios (inclusive, porém sem a isso se limitar, vantagens tributárias ou aduaneiras, ou matérias semelhantes). **Artigo 28** - Se, durante a vigência da Companhia, as Acionistas tomarem ciência de que as declarações e garantias previstas nos artigos antecedentes deste Capítulo não são mais fiéis ou verdadeiras, esta terá de comunicar as demais Acionistas, por escrito, dentro de 10 dias úteis a fim de que tomem as medidas cabíveis. **Artigo 29** - Na hipótese de violação das declarações e garantias previstas neste Capítulo, acordam as Acionistas que aquele que descumprir o estabelecido deverá ressarcir a outra Acionista de todas as perdas e danos, diretos ou indiretos, por ela experimentados em virtude das alterações ocorridas nas declarações. A Acionista responsável por modificar as declarações dispensará todo e qualquer direito de indenização, seja a que título for, em face da outra Acionista. **Artigo 30** - As Acionistas não admitirão qualquer forma de represália a aqueles que reportarem violação ou suspeita de violação de leis, regulamentos, normas vigentes e do presente Estatuto Social. **Artigo 31** - As Acionistas se comprometem a atuar em conformidade com a Legislação vigente sobre a proteção de dados pessoais, incluindo, mas não limitado, a Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), além das demais normas e políticas para o tratamento dos Dados Pessoais, responsabilizando-se por qualquer dano direto comprovadamente provocado aos titulares dos dados pessoais violados em virtude do descumprimento ou cumprimento inadequado das obrigações legais de proteção dos dados pessoais.

Companhia Brasileira de Cartuchos

CNPJ/MF nº 57.494.031/0001-63 - NIRE 35.300.025.083

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

São convocados os acionistas da Companhia Brasileira de Cartuchos, na forma da lei, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada às 08 horas do dia 05 de junho de 2026, na sede da Companhia localizada na Avenida Humberto de Campos, nº 3.220, Bairro Bocaina, CEP 09426-900, na Cidade de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) a contratação de financiamento junto à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, no âmbito do Projeto CBC - Flexibilização e Pioneirismo, sob a referência nº 2751/25, no valor de até R\$ 177.425.734,64 (cento e setenta e sete milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, setecentos e trinta e quatro reais e sessenta e quatro centavos), conforme minuta de contrato a ser apresentada à assembleia; (ii) a aprovação, pela Companhia, do custeio, com recursos próprios, dos custos de elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação - PEI, no valor mínimo de R\$ 44.356.433,66 (quarenta e quatro milhões, trezentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e trinta e três reais e sessenta e seis centavos), bem como da obrigação de aportar os recursos necessários à cobertura de eventuais insuficiências ou acréscimos verificados na execução do PEI; (iii) autorização à Diretoria Executiva para praticar todos os atos necessários à negociação, celebração, assinatura e implementação do referido contrato; e (iii) apreciação de outros assuntos de interesse social. Ribeirão Pires, 28 de maio de 2026. **Fabio Luiz Munhoz Mazzaro** - Diretor Presidente; **Sandro Morais Nogueira** - Diretor Administrativo e Financeiro. (28, 29 e 30/05/2026)

Base Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 35.082.277/0001-95 - NIRE 35.300.542.665

Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2026

Data, Hora e Local: Em 29/04/2026, às 10h00, na sede social da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação e a publicação do edital de convocação, tendo em vista a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Ricardo Batista de Siqueira Xavier; Secretário: Silene Soares Bernardo. **Deliberações da Ordem do Dia, aprovadas por unanimidade de votos:** (i) as contas dos administradores, o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao Exercício Social, acompanhadas do relatório do auditor independente. Nesse sentido, a totalidade dos acionistas ainda, ratifica e convalida todas as operações refletidas nas referidas demonstrações financeiras, as quais foram devidamente auditadas pela Auditoria Independente S/S, inscrita no CRC/PR sob o nº 005560/0-1 T-SC; e (ii) a destinação do lucro líquido do Exercício Social, no montante de R\$ 602.381,53, destinados à reserva de dividendos a distribuir. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado. São Paulo, 29/04/2026. (ass.) **Ricardo Batista de Siqueira Xavier** - Presidente; **Silene Soares Bernardo** - Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 218.047/26-5 em 20/05/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

GRÁFICOS INFORMATIVOS

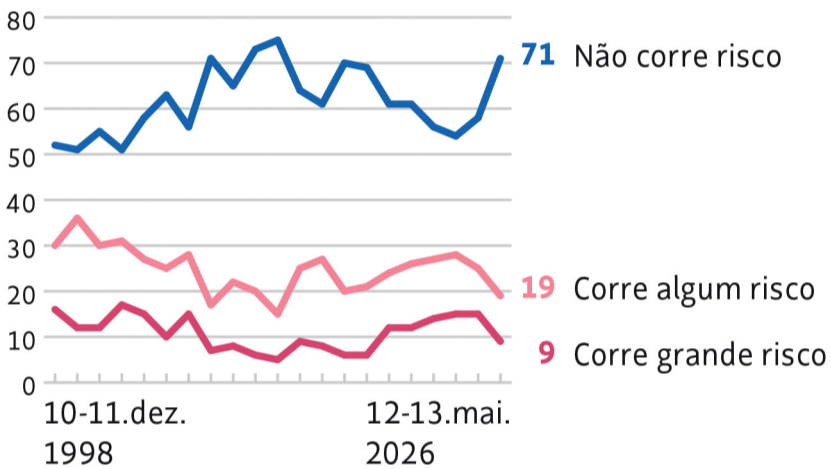
Atualmente, em relação ao seu emprego/trabalho, você diria que:

Em %



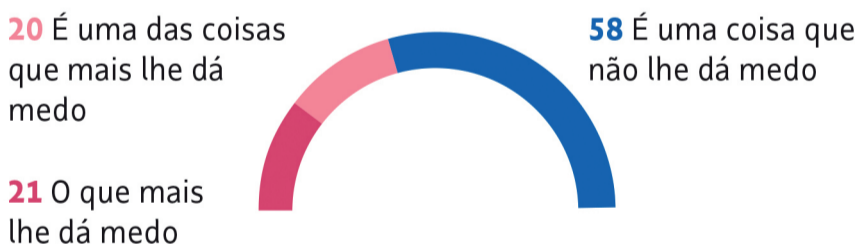
Risco de ser demitido ou ficar sem trabalho

Atualmente, em relação ao seu emprego/trabalho, você diria que (em %)



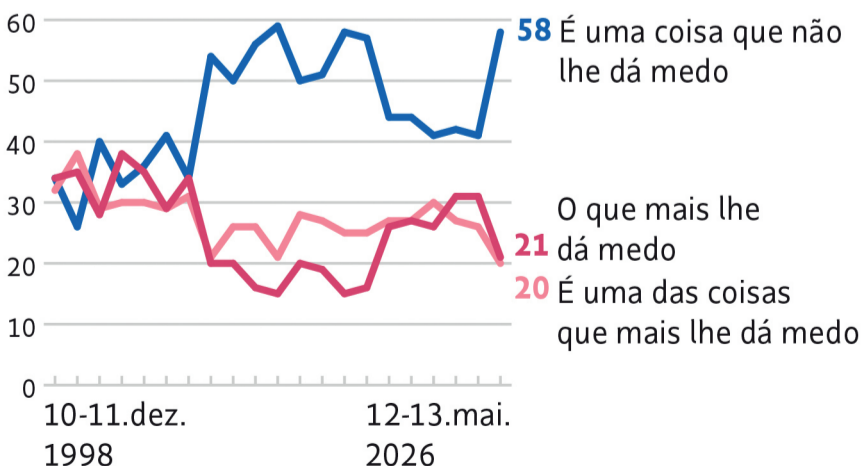
Você diria que atualmente a possibilidade de ficar sem emprego/trabalho é:

Em %



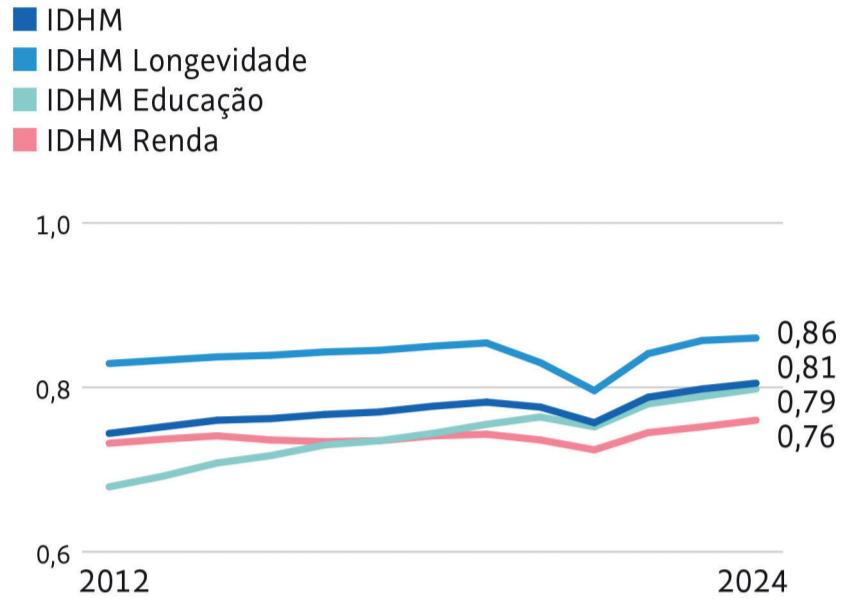
Medo de ficar desempregado ou sem trabalho

Você diria que atualmente a possibilidade de ficar sem emprego/trabalho é (em %)



Evolução do IDH-M para o Brasil

Em pontos



IDH-M das unidades federativas em 2024

Em pontos

	2019	2021	2024
DF	0,860	0,823	0,866
SP	0,833	0,801	0,838
SC	0,814	0,789	0,833
PR	0,799	0,767	0,822
RJ	0,795	0,763	0,819
RS	0,788	0,772	0,818
GO	0,780	0,755	0,815
MT	0,782	0,745	0,812
MG	0,787	0,763	0,809
ES	0,780	0,754	0,804
MS	0,774	0,748	0,797
TO	0,762	0,731	0,797
RO	0,752	0,708	0,786
RR	0,757	0,694	0,780
RN	0,738	0,723	0,778
CE	0,754	0,74	0,773
PE	0,740	0,716	0,767
AM	0,739	0,7	0,767
PI	0,727	0,716	0,764
SE	0,713	0,712	0,761
PB	0,721	0,703	0,760
BA	0,723	0,698	0,759
PA	0,717	0,706	0,758
AC	0,738	0,702	0,754
AL	0,693	0,691	0,746
MA	0,715	0,701	0,745

Fontes: Pnud, FJP e IBGE

Fonte: Pesquisa Datafolha feita nos dias 12 e 13 de maio em 139 municípios em todo o Brasil. Foram entrevistadas 1.312 pessoas com 16 anos ou mais que são consideradas como parte da PEA (População Economicamente Ativa). A margem de erro para esse dado é de três pontos percentuais, para mais ou para menos



ESCALA DE TRABALHO

Veja os principais pontos do texto

	COMO É	COMO PODE FICAR
Jornada de trabalho	Limitada a oito horas por dia e 44 horas semanais	Limitada a oito horas diárias e 40 horas semanais, com dois descansos semanais remunerados, sendo um deles preferencialmente aos domingos; no primeiro ano, o limite será de 42 horas semanais
Descanso semanal	Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos	Ficam garantidos dois dias de repouso semanal remunerado, sendo um deles preferencialmente aos domingos
Escala de trabalho e folgas	A escala de trabalho não está determinada na Constituição; empresas podem organizar a escala até o limite de 44 horas semanais	Texto prevê a escala de trabalho 5x2, mas mantém regimes especiais para determinadas categorias, conforme previsto em leis específicas, normas regulamentadoras, acordos e convenções coletivas
Hora extra	Salário deve ser acrescido em 50% a cada hora a mais trabalhada, com limite de duas horas extras por dia	Acordos e convenções coletivas poderão prever que, durante a transição, a jornada diária pode ter mais de oito horas para compensar a escala 5x2, sem que sejam pagas como extra
Trabalho aos domingos	O trabalho aos domingos não é proibido e é até previsto para algumas categorias consideradas essenciais. Se houver trabalho nesse dia sem compensação prevista em lei, norma ou convenção ou acordo coletivo, a hora de trabalho deverá ser paga em dobro	A PEC mantém o domingo como um dia preferencial de descanso, mas não veta o trabalho, garantindo que categorias que precisem funcionar possam organizar suas escalas; vale a regra atual de compensação, que pode ser feita até por banco de horas
Banco de horas	O trabalho em domingos e feriados pode ser compensado por meio de banco de horas se houver acordo ou convenção coletiva prevendo a medida	Não há nova regra prevista, e o banco de horas poderá ser adotado conforme as negociações entre empregadores e trabalhadores
Acordos e convenções coletivas	A Constituição e a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) garantem que acordos e convenções coletivas podem prever arranjos diferentes de leis e normas, desde que respeitem a Constituição; é o acordado sobre o legislado, reforçado na reforma trabalhista de 2017	A PEC mantém que acordo ou convenção coletiva de trabalho podem prever compensação de horários e outros arranjos de jornada, desde que respeitados os limites reforçando o acordado sobre o legislado
Superempregados	A reforma trabalhista de 2017 criou a figura do trabalhador hipersuficiente, que é aquele com diploma de nível superior e salário acima de dois tetos da Previdência Social; ele pode negociar diretamente com o empregador	A PEC coloca na Constituição a figura do 'superempregado', que é o trabalhador com diploma de nível superior e com salário acima de dois tetos e meio da Previdência, o que dá R\$ 21.888,88 hoje. Nesse caso, o profissional não terá controle de jornada

NEGÓCIOS

Dia do Hambúrguer: Pedidos já somavam mais de 150 milhões em plataforma



No dia do Mundial Hambúrguer, comemorado nesta quinta-feira (28), o "queridinho" entre os consumidores brasileiros ganha mais força à medida que se torna cada vez mais popular dentre os pedidos de delivery.

De acordo com dados do iFood Tendências, entre maio de 2025 e abril de 2026, o alimento registrou no Brasil mais de 150 milhões de pedidos no aplicativo, apresentando um crescimento de 15% em relação ao período passado. Atualmente, a plataforma possui cerca de 230 mil hamburguerias cadastradas.

Mas, para além do crescimento nos pedidos, o alimento também está influenciando diretamente o comportamento do consu-

midor brasileiro no dia a dia.

Classificado pela plataforma como rei do delivery, o hambúrguer também passou a realizar mudanças no comportamento dos brasileiros, principalmente, fora dos horários tradicionais de refeição. Os pedidos começaram a ficar cada vez mais populares durante o lanche da tarde, com principal pico durante às 17h, de acordo com o levantamento, o delivery nesse turno cresceu 46% no último ano.

Mas, apesar da expansão no período vespertino, a maior concentração do consumo continua sendo na hora do jantar. Com maior foco durante as 20h, mais de 80% dos pedidos de hambúrguer acontecem à noite.

O almoço também ganhou espaço dentre os

horários mais movimentados. Durante o meio-dia, os pedidos avançaram 21%, reforçando o hambúrguer como alternativa mais prática e rápida para refeições durante a rotina de trabalho.

Já no período da madrugada, os pedidos cresceram 12% entre a meia-noite e as 5h. O horário é mais comum nos finais de semana, principalmente, nas noites de sábado e domingo.

Além dos horários inusitados escolhidos pelos brasileiros, o consumo também revelou uma nova preferência na hora da compra.

Outro dado que chamou atenção foi a mudança nas escolhas dos consumidores. Em vez de incluir acompanhamentos, os brasileiros passaram a priorizar pedidos com mais sanduíches. CNN

Ações da Raízen despencam até 21% após empresa detalhar plano de recuperação extrajudicial



As ações da Raízen despencam nesta quinta-feira (28), após a empresa divulgar detalhes do plano de recuperação extrajudicial apresentado aos credores nas negociações para reestruturação da dívida.

Por volta das 14h45, os papéis da joint venture entre Cosan e Shell recuavam 16,66%, cotados a R\$ 0,35. Na mínima do dia, chegaram a cair 21,43%, a R\$ 0,33.

A reação negativa do mercado ocorre após o plano prever a conversão de 45% da dívida da companhia em ações precificadas a R\$ 0,25 por papel --valor cerca de 40% inferior ao fechamento desta quarta-feira (27).

Entenda como máfia dos combustíveis usou laranjas, fintechs e fundos para movimentar R\$ 4 bi

O esquema de lavagem de dinheiro investigado pela Receita Federal e pelo MPSP (Ministério Público de São Paulo), alvo de operação policial nesta quinta-feira (28), começava em uma rede de postos de combustíveis, lojas de conveniência e padarias.

O aprofundamento das investigações levou a fornecedores de petróleo e portos secos no interior do Brasil, identificando R\$ 4 bilhões em transações comerciais entre setembro e abril.

Essa teia de empresas começou a ser revelada com a investigação que culminou na operação Carbono Oculto, em agosto do ano passado. Os documentos, computadores e celulares apreendidos na ocasião levaram os agentes a novas companhias, incluindo fornecedores autorizados de nafta -derivado do petróleo usado como solvente na gasolina- e operadores logísticos. A investigação aponta Mohamad Mourad como um dos líderes do tráfico de combustível adulterado -seu advogado não atendeu a Folha de S.Paulo até a publicação desta reportagem.

Conhecido como Primo, ele suspeito de ser um dos principais operadores de um esquema bilionário de lavagem de dinheiro para o crime organizado no setor de combustíveis.

O núcleo do negócio sob investigação é a venda de combustível adulterado com nafta, cujo valor de mercado é inferior ao da gasolina. Para movimentar os recursos gerados pela fraude, a organização criminoso utilizava fintechs e fundos de investimento, mapeados na operação Fluxo Oculto, deflagrada nesta quinta.

Após ingressar no sistema bancário, os recursos eram direcionados a fundos de investimento. "Esse fundo investe em outro, que investe em um terceiro, buscando dificultar o rastreamento na cadeia", disse Barreirinhas.

A operação Fluxo Oculto mirou duas administradoras e duas gestoras de recursos que participavam do esquema. Os fundos, cujos cotistas tinham a identidade protegida pelas regras vigentes, compravam fazendas, veículos de luxo e realizavam remessas ao exterior.

Folhapress

Procurada, a Raízen não quis comentar.

"Isso representa um valor bem abaixo do preço de mercado e implica uma diluição muito pesada para os atuais acionistas", afirma Gustavo Trotta, sócio da Valor Investimentos.

Para Alexandre Pletes, head de renda variável da Faz Capital, o mercado já esperava algum nível de conversão da dívida em ações, mas o valor surpreendeu.

"A expectativa era de que o preço respeitasse algo mais próximo do valor de mercado -talvez até um pouco acima- especialmente para quem permaneceu posicionado no papel da Raízen", afirma.

A proposta prevê a

separação das operações da companhia em duas empresas distintas: Raízen Combustíveis, focada na distribuição e comercialização de combustíveis sob a marca Shell no Brasil, e Raízen Energia, direcionada ao processamento de cana de açúcar para produção de etanol e geração de energia elétrica.

Para Júlio Moretti, CEO da Neot, startup de inteligência focada em recuperação judicial e falências, a proposta de dividir o negócio em dois gera estranheza. "Isso pode soar ao mercado como uma 'separação à vista' entre Cosan e Shell, o que fragilizaria bastante a perspectiva de recuperação da empresa".

Folhapress